

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL
DNPM
RELATÓRIOS DE ATIVIDADES
1999

O Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, órgão gestor do patrimônio mineral brasileiro, fundado em 1934, hoje autarquia federal, tem como finalidade promover o planejamento e o fomento da exploração e do aproveitamento dos recursos minerais, bem como assegurar, controlar e fiscalizar o exercício das atividades de mineração em todo o território nacional, na forma do que dispõe o Código de Mineração, o Código de Águas Minerais, os respectivos regulamentos e legislação que os complementam, competindo-lhe em especial:

- promover a outorga, ou propô-la à autoridade competente, quando for o caso, dos títulos minerários à exploração e ao aproveitamento dos recursos minerais e expedir os demais atos referentes à execução da legislação minerária;
- acompanhar analisar e divulgar o desempenho da economia mineral brasileira e internacional, mantendo serviços de estatística da produção e do comércio de bens minerais;
- formular e propor diretrizes para a orientação da política mineral;
- fomentar a produção mineral e estimular o uso racional e eficiente dos recursos minerais;
- fiscalizar a pesquisa, a lavra, o beneficiamento e a comercialização dos bens minerais, podendo realizar vistorias, autuar infratores, impor as sanções cabíveis, na conformidade do disposto na legislação minerária;
- baixar normas, em caráter complementar, e exercer a fiscalização sobre o controle ambiental, a higiene e a segurança das atividades de mineração, atuando em articulação com os demais órgãos responsáveis pelo meio ambiente e pela higiene, segurança e saúde ocupacional dos trabalhadores;
- implantar e gerenciar bancos de dados para subsidiar as ações de política mineral necessárias ao planejamento governamental;
- baixar normas e exercer fiscalização sobre a arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais, de que trata o § 1º do art. 20 da Constituição Federal;
- fomentar a pequena empresa de mineração;
- estabelecer as áreas e as condições para o exercício da garimpagem em forma individual ou associativa.

Estrutura Organizacional

O Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, tem a seguinte Estrutura Organizacional:

11. Diretoria-Geral

12.

1.1. Gabinete

13. Órgãos Seccionais

14.

2.1. Procuradoria-Geral

2.2. Coordenação de Administração

2.3. Coordenação de Informática

15. Órgãos Específicos Singulares

3.1. Diretoria de Exploração Mineral

3.2. Diretoria de Desenvolvimento e Economia Mineral

3.3. Diretoria de Operações

16. Órgãos Descentralizados - Distritos Regionais

1º Distrito no Estado do Rio Grande do Sul

2º Distrito no Estado de São Paulo

3º Distrito no Estado de Minas Gerais

4º Distrito no Estado de Pernambuco

- 5º Distrito no Estado do Pará
- 6º Distrito no Estado de Goiás
- 7º Distrito no Estado da Bahia
- 8º Distrito no Estado do Amazonas
- 9º Distrito no Estado do Rio de Janeiro
- 10º Distrito no Estado do Ceará
- 11º Distrito no Estado de Santa Catarina
- 12º Distrito no Estado do Mato Grosso
- 13º Distrito no Estado do Paraná
- 14º Distrito no Estado do Rio Grande do Norte
- 15º Distrito no Estado da Paraíba
- 16º Distrito no Estado do Amapá
- 17º Distrito no Estado do Tocantins
- 18º Distrito no Estado de Sergipe
- 19º Distrito no Estado de Rondônia
- 20º Distrito no Estado do Espírito Santo
- 21º Distrito no Estado do Piauí
- 22º Distrito no Estado do Maranhão
- 23º Distrito no Estado do Mato Grosso do Sul
- 24º Distrito no Estado de Roraima
- 25º Distrito no Estado de Alagoas

- Observações:
- O Estado do Acre está subordinado ao 19º Distrito localizado em Rondônia e,
- O Distrito Federal ao 6º Distrito localizado em Goiás.

Missão

O DNPM vem ao longo dos anos cumprindo sua precípua missão que é a de garantir que o patrimônio mineral brasileiro, recurso não renovável, seja aproveitado de forma racional, segura, em harmonia com o meio ambiente e em proveito de toda a sociedade.

Importância Sócio-econômica

O produto da Indústria Extrativa Mineral e da Indústria de Transformação de base mineral representam cerca de 8,3% do Produto Interno Bruto - PIB e 27% do Produto Industrial.

As exportações de origem mineral alcançam cerca de US\$ 9,3 bilhões, correspondendo a 24% do total das exportações brasileiras, apenas para citar alguns indicadores do setor.

O impacto sócio-econômico da atividade do órgão é preponderantemente notado quando o DNPM mostra-se mais ágil, dando uma resposta a contento à sociedade, sempre na busca de uniformizar procedimentos, com o objetivo de diminuir a burocracia; divulgando o setor, suas estatísticas para que os segmentos envolvidos (empresarial, governamental, acadêmico, etc.) venham a elaborar o seu planejamento; confeccionando mapas em escalas adequadas; fomentando o

desenvolvimento científico patrocinando congressos e outros eventos do setor, etc.

Em 1999, por iniciativa do Poder Executivo, foi editada a Lei nº 9.827, que permite aos órgãos públicos da administração direta e autárquica da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, a extração de substâncias minerais de emprego imediato na construção civil, para aplicação em obras públicas executadas diretamente por essas entidades. Esta Lei tem caráter eminentemente social, pois além de facilitar a execução de obras emergenciais pelo poder público, objetiva reduzir os custos de manutenção das mesmas, principalmente da malha viária municipal e rodovias vicinais, por onde são esgotadas as safras agrícolas.

A Reestruturação do Setor

A questão da reestruturação legal e institucional e da modernização do setor mineral brasileiro continuou a merecer especial atenção no exercício de 1999.

As discussões sobre o novo perfil e o papel das instituições de governo e sobre a reformulação da legislação mineral substantiva (Código de Mineração e Código de Águas) envolveram os Estados da Federação e foram ampliadas para incorporar serviços de consultoria externa, que deverão ser prestados pelo Banco Mundial, com aporte de recursos financeiros do Governo brasileiro por intermédio do BNDES.

A idéia de envolvimento da instituição internacional foi permitir que se agregue ao processo uma visão imparcial, não comprometida com a "cultura" institucional arraigada, que tem frustrado os esforços de mudança no País.

A urgência da reestruturação do setor mineral nacional avulta ainda mais quando são cotejadas as condições brasileiras com as vigentes em outros países da América Latina. Basta ver os exemplos do Chile, do Peru, Equador e, mais recentemente, da Argentina, nações que alavancaram, de forma notável, as atividades de pesquisa e lavra de bens minerais em seus territórios, à custa de verdadeiras revoluções internas nos mecanismos legais e institucionais aplicáveis à mineração. Foi observado nesses países que o volume de investimento no setor mineral esteve diretamente vinculado ao elevado grau de comprometimento explícito das entidades públicas e privadas.

O Governo brasileiro está convencido de que somente uma reforma densa, capaz de romper em definitivo os cânones da burocracia e de construir um sistema institucional e legal inteiramente novo, poderá propiciar ao setor as condições efetivas para o seu desenvolvimento em níveis compatíveis com as potencialidades do País e com as necessidades e expectativas da sociedade.

Uma reestruturação, de ordem interna, iniciada com a mudança de toda a diretoria do DNPM, em julho, permitiu aumentar a sinergia entre as diretorias técnicas e facilitar o relacionamento entre a Sede e os 25 Distritos Regionais. Além da iniciativa da troca de diretoria, foram adotadas medidas administrativas com base nas Portarias nºs 307/99, 308/99, 309/99 e 334/99,

com vistas a conjugar a realidade financeira e orçamentária do DNPM com os objetivos traçados pelo Exmo. Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia, no sentido de buscar a maior eficiência na gestão do órgão. Com isso foram concentradas na Sede, recursos necessários a garantir a continuidade administrativa. Tratou-se assim de evitar repetir o colapso registrado em anos anteriores, cujos reflexos são sentidos até hoje, especialmente na área de informática.

Foi dada prioridade aos sistemas informatizados, tendo em vista o "*Bug do Ano 2.000*", onde alguns dos Distritos receberam *softwares* para correção dos programas. É relevante observar que nem todos os Distritos possuem todos os equipamentos com capacidade para receber os programas de correção do *Bug*.

Neste particular, a informática foi priorizada para aqueles Distritos que apresentam volume de produção mineral e títulos minerários em números mais expressivos.

As medidas tomadas não têm a intenção de extinguir quaisquer distritos, ou mesmo prejudicar o bom andamento das operações descentralizadas que nessas regionais são realizadas, especialmente as de ordem administrativa e relativas à mineração.

A supressão de algumas das delegações, deu-se em função de parecer da nossa Procuradoria Geral, que constatou impropriedades de ordem jurídica ao sub-rogar aos Chefes de Distritos delegações de competência que haviam sido atribuídas ao Diretor-Geral pelo Exmo. Sr. Ministro de Minas e Energia.

Principais diretrizes de trabalho

1. promover a continuidade do suprimento de matérias-primas minerais para a indústria nacional;
1. promover e divulgar estudos e pesquisas de metodologias racionais de exploração visando a conservação do meio ambiente, a redução de custos e a minimização dos efeitos nocivos sobre a saúde do trabalhador mineiro;
2. desenvolver e divulgar pesquisas estatísticas sobre o setor mineral, mormente sobre a ótica da economia, para informação e orientação de estudos, investimentos, comércio e pesquisas minerais;
3. ordenar a atividade garimpeira e suas conseqüências sobre o meio ambiente;
4. desenvolver estudos de avaliação e integração de dados geológicos visando orientar os mineradores, o planejamento governamental urbano e viário, e o aproveitamento regional de depósitos minerais;
5. conceder os títulos minerários e fiscalizar a atividade mineira, atuando em seu ordenamento e na conservação da memória Geológica Nacional;

6. elaborar cartas temáticas de síntese e estudos de correlação e integração geológica/metalogenética, hidrogeológica, em nível nacional e internacional.

Investimentos em Mineração no Brasil

Os investimentos em mineração no Brasil decresceram nestes últimos anos, de forma bastante significativa em função, principalmente, das restrições à atuação do capital estrangeiro na Constituição aprovada em 1988. Esta tendência está sendo revertida pela reforma à Constituição, quando foi alterada a redação do artigo que fazia restrições ao capital estrangeiro, através da Emenda Constitucional nº 6, de 1995.

Os investimentos em prospecção e pesquisa mineral até o ano de 1988, eram da ordem de US\$ 160 milhões, em média, ao ano. Depois da promulgação da Carta Magna, esses mesmos investimentos caíram a um patamar de US\$ 60 milhões, alcançando US\$ 45 milhões no ano de 1991.

Com a mudança na redação do artigo que discriminava o capital estrangeiro, em 1996, os mesmos voltaram a crescer alcançando, naquele ano, US\$ 110 milhões e para 1999 espera-se uma queda para cerca de US\$ 70 milhões.

Emissão de Alvarás

O DNPM vem batendo, ano a ano, recordes históricos na emissão de Alvarás de Pesquisa. Durante o ano, foram publicados 7.598. Está sendo feito um gigantesco esforço por parte de todos os funcionários para que continuemos com esta média. A nossa meta é que em 31 de janeiro do ano 2000 estejam publicados todos os Alvarás, acabando de uma vez com o passivo existente no órgão.

O Alvará de Pesquisa é o título, como o próprio nome diz, que autoriza o minerador a pesquisar a área do seu interesse, visando uma futura lavra mineral.

Ofertas de Novas Áreas para a Mineração

O DNPM colocou à disposição do setor mineral, dia 20 de dezembro, o primeiro de uma série de três lotes, exatamente 8.660 áreas, no País. Este lote abrange uma superfície de 10 milhões de hectares.

Até 18 de fevereiro de 2000, estarão disponíveis, para pesquisa mineral em todo o País, um total de 33.000 áreas correspondendo a 40 milhões de hectares, ou seja, a superfície equivalente aos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina juntos.

Estas áreas estavam represadas no órgão, e graças à reestruturação interna, empreendida a partir de julho último, o DNPM pôde iniciar este trabalho que vai trazer grandes benefícios a todo o setor.

Atividades da Diretoria-Geral

Dando continuidade aos trabalhos regidos pelo Código de Mineração e sua Legislação Complementar, durante o ano de 1999, o Diretor-Geral do DNPM, aprovou, dentre todos os atos assinados, os aqui enumerados, que têm seu conteúdo voltado diretamente para a normatização da atividade mineral, uniformização de procedimentos e publicados no Diário Oficial da União.

Naturalmente não estão aqui listados os atos de ordem administrativa.

PORTARIA Nº 52, de 19/02/99, D.O.U. de 22/02/99 - Suspende por 02 (dois) anos a outorga de novos Alvarás de Pesquisa destinados ao aproveitamento de água mineral e/ou termal do Aquífero de Caldas Novas e Rio Quente para uso em balneoterapia.

PORTARIA Nº 56 de 25/02/99, D.O.U. de 26/02/99 - Aprova modelos de formulários do Relatório Anual de Lavra.

PORTARIA nº 157 - DNPM, de 15 de junho de 1999, D.O.U de 17/06/99 - Disciplina a compensação do pagamento indevido ou a maior da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM.

PORTARIA nº 158 - DNPM, de 15 de junho de 1999, D.O.U de 17/06/99 -Aprova as Fichas de Registro de Apuração da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM.

PORTARIA nº 175 - DNPM, de 02 de julho de 1999. - Regulamenta o recolhimento da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM, para substâncias oriundas do Regime de Permissão de Lavra Garimpeira.

PORTARIA Nº 237, de 16/08/99, D.O.U. de 26/08/99 – Delimita área destinada ao aproveitamento mineral pelo Regime de Permissão de Lavra Garimpeira, situada nos Municípios de Colider, Guarantã do Norte, Marcelândia, Peixoto de Azevedo e Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso e dispõe sobre o aproveitamento pelos Regimes de Autorização de Pesquisa, Concessão de Lavra e Licenciamento de substância mineral não garimpável.

PORTARIA Nº 287, de 15/09/99, D.O.U de 16/09/99 - Dispõe sobre a reestruturação e informatização do Relatório Anual de Lavra.

PORTARIA Nº 285, de 14/09/99, D.O.U. de 20/09/99 - Modifica o item 5 da Portaria nº 50, de 05/03/98. (funcionamento do protocolo).

PORTARIA Nº 306, de 17/09/99, D.O.U. de 22/09/99 (Seção 2) – Revoga entre outras as seguintes Portarias de delegação de competência, nº 43, de 28/09/95, nº 95, de 17/03/97 e nº 285, de 06/10/98.

PORTARIA Nº 334, de 24/09/99, D.O.U. de 27/09/99 (Seção 2) - Delega competência aos Chefes de Distritos do DNPM nos Estados.

PORTARIA Nº 362, de 14/10/99, D.O.U. de 15/10/99 – Modifica o inciso II, da Portaria nº 22, de 16 de janeiro de 1997.

PORTARIA Nº 396, de 04/11/99, D.O.U. de 05/11/99 (Seção 2)- Delega competência ao Chefe do Serviço de Outorga de Títulos Minerários – SOTIM.

PORTARIA Nº 419, de 19/11/99, D.O.U. de 23/11/99 - Estabelecer as regras e critérios específicos para habilitação, julgamento, bem como apresentação de recursos, em decorrência de despacho declaratório de disponibilidade de áreas desoneradas, nos termos do art. 26, e dos Editais de Disponibilidade de áreas, mencionados nos arts. 32 e 65, § 1º, respectivamente, do Código de Mineração.

PORTARIA Nº 462, de 13 de dezembro de 1999, D.O.U de 15/12/99 - Aprova o Manual de Procedimentos de Arrecadação e Cobrança da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM.

O Diretor-Geral concedeu, durante o ano, dezenas de audiências a parlamentares, prefeitos de municípios brasileiros, mineradores, representantes de tribos indígenas, garimpeiros, delegações de empresários de vários países, com o objetivo de analisar e encaminhar a melhor solução dos vários problemas apresentados.

Às delegações de empresários estrangeiros, tem mostrado o Brasil e o seu potencial de competitividade perante os outros países.

O Diretor-Geral participou de vários eventos do setor mineral, proferindo conferências em Congressos, associações de produtores minerais, etc.

No âmbito externo participou:

- Como conferencista do PDAC 99 - Prospectors and Developers Association of Canadá, em Toronto (março).
- Como chefe da delegação do Brasil durante a reunião do International Lead and Zinc Study Group - Paris - França (outubro).
- Como membro da delegação brasileira, liderada pelo Exmo Sr. Ministro de Minas e Energia, em reunião no Banco Mundial. Washington - DC - Estados Unidos da América (novembro).

No âmbito interno proferiu palestras: Comissão da Amazônia e Desenvolvimento Regional da Câmara dos Deputados - Brasília, (maio e setembro); na Conferência Internacional Sobre Amianto - São Paulo - SP, (julho); na Solenidade de Assinatura dos Convênios DNPM/Municípios Mineradores do Estado de Minas Gerais - Nova Lima - MG (julho); no VII Encontro de Mineradores e Consumidores, Rio Claro - SP (agosto); no VIII Congresso Brasileiro de Mineração - Belo Horizonte - MG (agosto).

Além de comparecer a vários outros eventos representando o Órgão.

Assessoria do Diretor-Geral

À Assessoria compete prestar assistência ao Diretor-Geral em sua representação política e social, incumbir-se do preparo e despacho do seu expediente pessoal desincumbir-se das atividades de comunicação social, apoio parlamentar; providenciar a publicação, divulgação e acompanhamento das matérias de interesse da Autarquia; elaborar conferências, inclusive coordenar a elaboração de seu Relatório Anual de Atividades.

Atividades da Assessoria

Durante o ano de 1999, a Assessoria, com credenciamento na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, acompanhou atentamente os trabalhos do Congresso Nacional, em defesa dos interesses da mineração brasileira,

oferecendo os seus trabalhos aos parlamentares, na confecção dos seus pareceres sobre os projetos em tramitação naquelas casas legislativas, observando sempre o interesse da soberania nacional sobre os bens minerais, defendendo os projetos que tragam resultados positivos para a mineração brasileira; a defesa do DNPM como instituição típica de Estado na observação do que rege o Código de Mineração e sua Legislação Correlativa. Projetos de interesse da mineração em tramitação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, com acompanhamento por parte da Assessoria, com pareceres técnicos elaborados e encaminhados através do Diretor-Geral ao Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia:

- PL 5.941/90 – do Senado Federal – Institui o regime de permissão de lavra, dispõe sobre garimpagem, cria o regime de permissão de garimpagem e dá outras providências.
- PL 1.192/91 – da Câmara dos Deputados – Dep. Marilu Guimarães – trata da regulamentação da mineração no Pantanal Matogrossense.
- PL 2.836/92 – da Câmara dos Deputados – Dep. Luciano Pizzato – trata da instituição de Comissões Internas de Meio Ambiente em órgãos, empresas, etc., que de alguma forma interfiram no meio ambiente.
- PL 3.740/93 – da Câmara dos Deputados – Dep. Aldo Rebelo. Dispõe sobre a realização de plebiscito para a alienação das ações representativas da União nas empresas dos ramos petroquímico, siderúrgico, de mineração, aeronáutico e de fertilizantes.
- PLS 26/95 ou PLC 2.844/97 – Sen. João França. Institui o Estatuto do Garimpeiro e dá outras providências.
- PLS 193/95 – Sen. Marluce Pinto. Concede incentivo fiscal sobre o lucro da exploração às empresas mineradoras que beneficiam pedras preciosas e semipreciosas.
- PL 401-A – da Câmara dos Deputados – Dep. Rivaldo Macari. Altera os incisos I e II, do parágrafo 1º, do artigo 2º, da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que "define os percentuais da distribuição da compensação financeira de que trata a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1990, e dá outras providências."
- PL 909/95 – da Câmara dos Deputados – Dep. Rita Camata. Institui a compensação financeira pela exploração de recursos minerais para fins de aproveitamento econômico e dá outras providências.
- PL 945/95 – da Câmara dos Deputados – Dep. Salomão Cruz. Dispõe sobre a obrigatoriedade da exigência prévia de levantamento geológico para a definição de áreas de que tratam o inciso III do §º do art. 91, inciso III do §º do art. 225 e o art. 231, da Constituição Federal e dá outras providências.
- PL 968/95 – da Câmara dos Deputados – Dep. Antônio Feijão. Altera a Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que "define os percentuais da compensação financeira pela exploração de recursos minerais de

que trata a Lei nº 7.990, de 28 de fevereiro de 1989, e dá outras providências".

- PLC 36/96 – Substitutivo Sen. Marina Silva. Dispõe sobre a proteção das cavidades naturais subterrâneas, em conformidade com o inciso X do art. 20 e o inciso V do art. 216, da Constituição Federal e dá outras providências.
- PLS 245/96 – Sen. Lúcio Alcântara. Dispõe sobre a proteção do patrimônio fossilífero, em conformidade com o art. 216, inciso V da Constituição Federal, e dá outras providências.
- PLS 1.610-A/96 – Sen. Romero Jucá. Dispõe sobre a exploração e o aproveitamento de recursos minerais em terras indígenas, de que tratam os artigos 176, parágrafo 1º, e 231, parágrafo 3º, da Constituição Federal.
- PL 2.573-A/96 – da Câmara dos Deputados – Dep. Ezídio Pinheiro. Institui o Plano Nacional de Pedras e Metais Preciosos – PNPMP e dá outras providências.
- PLS 291/97 – Sen. Teotônio Vilela Filho – Cria o Adicional de Melhoria Ambiental – AMA, incidente sobre os preços de venda dos combustíveis fósseis e o Fundo de Apoio à Melhoria Ambiental – FAMA e dá outras providências.
- PL 2.803/97 – da Câmara dos Deputados – Dep. Salomão Cruz. Regulamenta o § 3º do art. 176 da Constituição Federal e dá outras providências.
- PL 3.275/97 – da Câmara dos Deputados – Dep. Ezídio Pinheiro. Modifica as Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, para assegurar a manutenção da filiação, na qualidade de segurado especial do Regime Geral da Previdência Social, do garimpeiro que explora pedras preciosas e exerce esta atividade em regime de economia familiar.
- PL 3.661/97 – da Câmara dos Deputados – Dep. Ricardo Izar. Altera o § 1º do art. 2º da lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que define os percentuais da compensação financeira pela exploração de recursos minerais de que trata a Lei nº 7.990, de 28 de fevereiro de 1989, e dá outras providências.
- PL 3.872/97 – da Câmara dos Deputados – Dep. Rita Camata. Dá nova redação ao art. 11 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, alterado pelo art. 1º da Lei nº 8.901, de 30 de junho de 1994.
- PLC 19/99 – Altera a Lei Complementar nº 87, de 13 de Setembro de 1996 (Retorno do ICMS sobre bens primários).
- PLC 24/99 – Permite a utilização, pelos órgãos públicos, de substâncias de emprego imediato na construção civil. Transformado na Lei nº 9.827/99.
- PDL 84/99 – Que trata do retorno do Garimpo de Serra Pelada, inclusive subsidiando o Voto em Separado aos Deputados Ricardo Barros e Romel Anízio contrário ao Parecer do Relator da matéria.

- PDL 345/99 – Aprova o texto do Acordo de Sede entre o Brasil e a Associação dos Países Produtores de Estanho. Transformado no Decreto Legislativo nº 182/99.
- PL 783/99 – Que trata de alterações na Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM.
- PL 867/99 – Institui o Plano Nacional de Pedras e Metais Preciosos, onde o DNPM é o órgão executor do Plano.
- PLN 20/99 – do Poder Executivo – Trata do Orçamento da União. Acompanhamento sistemático com o objetivo de reaver os valores cortados no orçamento originalmente enviado pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional. Foi elaborada pela Assessoria e trabalhada juntamente com o Diretor-Geral, uma Emenda ao Orçamento (valor R\$15.000.000,00), que foi apresentada à Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados e aprovada por esta, através dos votos de seus pares, derrubando uma dezena de outras subscritas por parlamentares da referida Comissão.

Outra atividade da Assessoria é a de Coordenar o Comitê da Internet do DNPM. A Assessoria foi quem criou a Home Page, a desenvolveu, coordena o comitê e é quem atualiza as informações contidas no Site. Dentre as informações mais importantes disponibilizadas durante o ano de 1999, pode-se citar:

- Sumário Mineral Brasileiro – 1999;
- Estimativa da Produção Mineral 1998;
- Universo da Mineração Brasileira – 1998;
- Evolução dos Títulos Minerários (mês a mês);
- Atualização de toda a Legislação Mineral;
- Disponibilização de todos os atos, do DNPM, publicados no Diário Oficial da União;
- Atualização do Calendário de Eventos sobre mineração, dentre outros trabalhos de interesse do setor;
- Disponibilização dos Projetos de Lei que estão tramitando no Congresso Nacional, com o objetivo de que toda a comunidade conheça as proposições que estão sendo elaboradas pelos nossos legisladores.
- Disponibilização de todos os textos (na íntegra) dos Alvarás de Pesquisa – este serviço inédito teve início a 26 de agosto.
- Disponibilização de todos os Requerimentos de Autorização de Pesquisa, com seus processos instruídos, que terão seus Alvarás publicados brevemente. O objetivo desse trabalho é de que o titular possa desistir do seu Alvará, antes da publicação, se assim o quiser.

É importante salientar que estão disponibilizadas na Home Page do DNPM, todas as Licitações, Convênios, Acordos, Termos de Cooperação Técnica, etc., firmados entre o DNPM e outras instituições.

A Home Page recebe uma média de 1.500 acessos por semana, totalizando mais de 208.000 visitas desde a sua implantação.

É a Assessoria que responde às inúmeras formulações feitas ao DNPM via Internet. Envia através de mala direta eletrônica, informações sobre as atividades do órgão, para mais de 1.000 E-mails cadastrados. Participam da *mailing list* para receber comunicações do DNPM: todos os deputados federais e senadores, geólogos e engenheiros de minas autônomos, associações de classe (da área mineral), instituições de ensino, institutos de pesquisa, empresas de mineração, etc.

Também faz parte das atividades da Assessoria, manter contatos com a imprensa para divulgação dos trabalhos e realizações do DNPM. Durante o ano foram enviados a jornais e revistas especializadas, *press releases* sobre os mais variados temas, dentro do setor mineral.

No âmbito externo a Assessoria participou do "1999 PDAC Annual International Convention & Trade Show", em Toronto – Canadá, março, trabalhando no Stand do DNPM montado no Brazil Pavillon. A sua atuação foi no sentido de demonstrar para os cerca de 6.000 visitantes as oportunidades que o Brasil oferece para aportar os seus investimentos no setor mineral, divulgando material promocional do Brasil, publicações do DNPM. O evento é considerado o maior do mundo no ramo da mineração.

Elaboração dos dados dos painéis que foram apresentados no Pavilhão Brasil no "PDAC - 1999 Annual Convention", em Toronto – Canadá (Março de 1999), responsabilidade da Assessoria.

A Assessoria também é responsável pela elaboração deste Relatório.

Atividades da Procuradoria-Geral PROGE

À Procuradoria-Geral compete desempenhar as atividades de assessoramento e consultoria jurídica ao Diretor-Geral e às Unidades da Autarquia, bem como defender os interesses desta, em juízo ou fora dele, conforme disposto na Lei Complementar nº 73, de 10 de janeiro de 1.993. É composta do Serviço de Assuntos Judiciais e do Serviço de Assuntos Administrativos e Minerários

O Serviço de Assuntos Judiciais da Procuradoria-Geral, no desempenho de suas atividades produziu no período de 01/01/99 a 07/12/99, além de inúmeras manifestações em ações judiciais não computados para fins de estatística, as seguintes peças:

Processos em Andamento 187

Contestações 037

Apelações 041

Agravos 031

Recursos Extraordinários 023

Recursos Especiais 011

Informações em M.S 034

Outros 233

Cabe ressaltar que expedientes de trânsito internos expedidos por este Serviço Judicial já foram computados no relatório de atividades do Serviço de Assuntos Administrativos.

Relativamente às Procuradorias dos Distritos do DNPM temos o seguinte quadro demonstrativo:

PEÇAS E OUTROS	1° DS/RS	2° DS/SP	3° DS/MG	4° DS/PE	5° DS/PE	6° DS/PA	7° DS/BA	9° DS/RJ	10° DS/CE	11° DS/SC	12° DS/MT	20° DS/ES
Processos	---	53		---	36			07	40	25	33	130
Em Andamento			72				---					
Contestações	---	08	15	---	05	06	---	01	23	05	01	19
Apelações	---	---	04	---	02	---	---	02	10		01	04
Agravos		07	---	---	03	---	---	04	06	01	03	---
Recursos Extraordin.	---	---	---	---	---	---	---	---			---	---

Recursos Especiais	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
Informações Em M.S	---	11	03	---	05	---	---	06	---	06	03	01
Outros	---	31	130	---	25	13	---	02	17	11	04	---

O Serviço de Assuntos Administrativos e Minerários da Procuradoria-Geral, no desempenho de suas atividades produziu no período de 01/01/99 a 07/12/99, além de inúmeros despachos não computados para fins de estatística, as seguintes peças:

Pareceres **282**

Notas **444**

Memorandos **135**

Ofícios **44**

Em relação aos anos anteriores, pode-se constatar, conforme quadro demonstrativo abaixo, um desempenho superior desta Seção quanto aos números de peças produzidas:

ANO	95	96	97	98	1999
PEÇAS					
INFORMAÇÕES JURÍDICAS	11	202	320	133	---
PARECERES	36	46	09	114	282
NOTAS	---	95	191	191	444
MEMORANDOS	13	91	62	101	135
OFÍCIOS	06	20	14	13	44
TOTAL	66	454	596	552	905

Com relação às Procuradorias dos Distritos do DNPM, temos o seguinte quadro demonstrativo:

PEÇAS PR. DS.	PARECERES	NOTAS	MEMOS	OFÍCIO	OUTROS
1° DS/RS	NÃO INFORMADO				
2° DS/SP	---	359	42	44	921
3° DS/MG	48	18	07	15	75
4° DS/PE	NÃO INFORMADO				
5° DS/PA	107	22	69	03	13
6° DS/GO	37	37	11	02	---
7° DS/BA	NÃO INFORMADO				
9° DS/RJ	569	29	19	18	75
10° DS/CE	70	---	46	19	03
11° DS/SC	31	19	05	15	11
12° DS/MT	31	20	35	---	---
20° DS/ES	65	08	08	16	---

Desta forma, foram emitidos entre Pareceres e Notas, pela Procuradoria do DNPM, mais de 2.000 peças, ressalvando a ausência de dados das Procuradorias Distritais acima indicadas.

Cumprе ressaltar, ao final, a realização de 02 (dois) encontros regionais dos Procuradores do DNPM nos períodos de 22/03 a 26/03/99 no Rio de Janeiro, e de 05/04 a 09/04/99 em Recife, sob a coordenação do Procurador-Geral, que se mostraram essenciais ao bom desempenho das atividades desta Procuradoria, à uniformização de entendimentos, bem como à integração de seus membros.

**Atividades da Coordenação de Administração - COADM
09.007.0021.4900.0001 - COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO
DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL.**

OBJETIVOS: Promover a manutenção e o aperfeiçoamento do sistema através da coordenação, supervisão, controle e prestação de apoio logístico as demais atividades.

CRÉDITO AUTORIZADO R\$ 35.948.618,00

EXECUÇÃO DA DESPESA R\$ 29.928.692,69

DESCRIÇÃO DAS METAS

- Manter a Sede e suas 25 Unidades Regionais.
- Dar apoio logístico às demais atividades.
- Manter e operacionalizar a estrutura administrativa.

A programação administrativa para do ano 1999 foi retomada em julho, com a posse da nova diretoria do DNPM. Após a realização da avaliação geral administrativa do DNPM, a Coordenação de Administração elencou prioridades como: a uniformização de procedimentos administrativos, a informatização e a renegociação das dívidas existentes no DNPM com a Imprensa Nacional, a FINATEC e a CPRM, todas dívidas de exercícios anteriores – 1997 e 1998. Os trabalhos de informatização do DNPM, iniciados em 1998, para construção de uma nova plataforma de Informática do DNPM, trabalhos que têm como objetivo a solução do *Bug* do milênio foram retomados com a FINATEC. Ainda com esse objetivo, foram comprados Servidores de Dados e Microcomputadores, em caráter de urgência, para dar suporte a nova plataforma os terminais anteriormente existentes.

As dificuldades para execução da programação continuaram sendo a baixa arrecadação da fonte 250.

09.007.0021.4900.0002 - CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

OBJETIVOS: Promover de forma integrada a gratificação de pessoal, em todos os níveis de graduação, visando melhorar a atuação do Órgão.

DOTAÇÃO R\$ 160.000,00

EXECUÇÃO DA DESPESA R\$ 83.748,06

A programação para este exercício, não contou com verbas expressivas, mas promoveu treinamento e participação de servidores em cursos e seminários. Na

área finalística, houve a participação de técnicos em cursos e eventos, tais como: *Workshop Nacional de Águas Minerais; Gestão da Qualidade e Produtividade - Pós-graduação; Seminário - Restrução do Setor Mineral Brasileiro; Avaliação Econômica de Projetos de Mineração; Atualização em Topografia e Geodésia de Integração Estação - GPS; VII Simpósio Sul Brasileiro e II Encontro de Geologia do Mercosul; VI simpósio de Geologia da Amazônia.* Na área meio, servidores participaram de cursos, tais como: *Auditoria em Compras; Fiscalização em Contratos; Questões Relevantes da Sindicância e do Processo Disciplinar; Curso sobre Licitação e Contratos na Administração Pública; Comissão Permanente de Licitação; Gerenciamento de Projetos de Treinamento.*

OUTROS INDICADORES DA COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO.

Processos de Licitação: CONVITES: 08

TOMADA DE PREÇOS: 01

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 02

Atividades da Coordenação de Informática COINF

I. Serviço de Informática

Conta atualmente com um quadro de 25 técnicos envolvidos com informática , sendo 05 servidores do DNPM , 20 da POLITEC. Responsável pela produção dos sistemas SICOM ÁREAS, SICEM SICOP, SISON e SIGEO ainda em ambiente *mainframe*, cuja migração foi iniciada para conclusão até 31 de dezembro de 1999.

Fatos relevantes ocorridos com a Informática:

1. Retomada das conversações com a Centrais Elétricas do Norte do Brasil – ELETRONORTE, ocorrido em 15 de julho, com orientação da nova Diretoria do DNPM;
2. Assinatura em 10 de setembro, do Contrato com a Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos – FINATEC, para a continuação do desenvolvimento, implantação e treinamento dos sistemas, em plataforma SQL Server, protocolo NT e linguagem Visual Basic, serviços estes, que contemplam as soluções para a desativação do CPD da ELETRONORTE e o *Bug* do Ano 2000;
3. O Processo de aquisição de servidores de dados para a Sede do DNPM e para os Distritos do Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco, Pará, Goiás, Bahia, Amazonas, Santa Catarina e Mato Grosso, foi concluído e os equipamentos recebidos;
4. Para a entrada de dados dos sistemas SICOM, ÁREAS, CFEM e RALC, foram transferidos recursos aos Distritos acima citados, para aquisição de microcomputadores com configurações compatíveis para atender aos novos sistemas nesta nova plataforma;

5. A seguir são apresentadas dados físicos do Serviço de Informática:

5.1 – Núcleo de Produção

- Requerimentos de Pesquisa Protocolizados	6.274
- Requerimentos de Lavra Garimpeira Protocolizados	844
- Requerimentos de Licenciamentos	1.647
- Alvarás de Pesquisas Outorgados	7.598
- Concessões de Lavra Outorgadas	240
- Permissão de Lavra Garimpeira	91
- Atualização de Dados Cadastrais – Boletos	12.200
- Movimentação de Áreas (alteração, exclusão e inclusão) do Sistema Áreas	29.401
- Solicitação de Relatórios (Job's)	661
- Emissão de Interferências Efetivadas	88
- Interferências emitidas (Overlays pequenos)	2.615
- Atualização de Alvarás	7.233
- Atualização de Eventos	48.836
- Atualização de Processos Novos	9.655
- Atualização de Juntadas	86.049
- Overlays Especiais Emitidos	245
- Impressão de Folhas de Ponto	21.900
- Atualização do ZIM	20.040
- Emissão de Relatórios	320
- Atualização do Sistema SISON	12.000
- Processamentos de Backup's Semanal	196
- Processamentos de Backup's Mensal	09

5.2. Núcleo de Rede

- Configuração de Impressoras	120
- Arquivos e Formatação dos dados extraídos dos Boletos do Banco do Brasil	18
- Configuração de E-mail	110
- Manutenção de Equipamentos	80
- Instalação de Pontos de Rede (incluindo Temporários)	50
- Configuração de Microcomputadores	98
- Configuração de Rede em Microcomputadores	108
- Instalação de Antivírus	140
- Instalações de Softwares em: Windows 3.11, Windows 95, Windows 98	118
- Formatação de Hard Disk's	48
- Configurações de Periféricos	72
- Atendimento via telefone aos usuários dos Distritos	160
- Atendimento via telefone ao usuários da Sede	85
- Transferência de Equipamentos	53
- Gravação de CD's com Base de Dados p/ os Distritos	30
- Troca de Senhas de Usuários	58
- Reinstalação da Internet	45
- Substituição de fontes de computadores	18
- Backup's (3 vezes por semana) do SQL, Exchange, Internet, Intranet, Sicom/Áreas no SQL, Servidores	132
- Limpeza de Vírus em disquetes (Viruscan- atualizado)	300
- Chamados de Assistência Técnica	30
- Saída para compras de material de Informática para toda a Sede	40

5.3. – Setor de Desenvolvimento

a) *Sistemas desenvolvidos e em manutenção*

	Localização
- Sistema Malote	MALOTE
- Sistema de Controle de Transportes - Sistema de Autorização p/ Saída de Veículos	SETOR DE TRANSPORTES
- Sistema de Almoxarifado	SALMO
- Sistema de Patrimônio	SEPAT
- Intranet	SEINF
- Sistema de Controle de Processos	DIROP, SECONT, DIRE, PROGE

b) Emissão de um total de 21 listagens para os diversos setores do DNPM.

II. Serviço de Documentação

O Serviço, embora usufrua, ainda não participa como unidade cooperante de redes de informação e programas cooperativos como, por exemplo: Programas de Aquisição Planificada de Publicações Periódicas, Comutação Bibliográfica, Catálogo Coletivo Nacional de Publicações Periódicas, dentre outros.

Atividades Desenvolvidas em 1999

1. O Serviço de Documentação distribuiu, no decorrer do ano, cerca de 300 exemplares a inúmeras instituições congêneres, nacionais e estrangeiras, tendo sido contemplado com a doação de aproximadamente 400 obras, dentre

monografias e periódicos, dos mais renomados institutos de diversos países, além do Brasil.

2. Encaminhamento de memorando, à Coordenação de Informática, solicitando a aquisição da coleção Encyclopaedia Britannica, em 32 volumes, de 11 fitas de videocassete, dubladas e adaptadas em português, sobre Ecologia e Meio Ambiente; e, memorando, sugerindo a compra de 55 títulos na área de Direito, 40 na área de Biblioteconomia e de 173 na área de Geociências, incluindo monografias, periódicos e normas da ABNT.

3. VENDAS DE PUBLICAÇÕES: Observou-se um expressivo percentual positivo no volume de vendas de publicações do DNPM (71,89% a mais em relação ao ano de 1998), e uma demanda crescente por cópias xerox e heliográficas (98,11%). Apesar desse resultado, a marca atingida no ano está bem abaixo da alcançada em 1996. A queda registrada foi de 65,75% para venda de publicações e mapas. Por outro lado, a demanda por cópias xerox manteve crescimento estável desde então. Determinados fatores poderiam ter concorrido para o arrefecimento das vendas de 96 para 99: a disponibilização na Internet do conteúdo de certas publicações, tais como o Sumário Mineral e o Anuário Mineral Brasileiro; a desatualização de determinadas obras impressas; o preço cobrado para venda; a demanda representativa por publicações não mais editadas (Balanço Mineral Brasileiro, Perfis Analíticos, Boletim de Preços); tiragens insuficientes; e o programa de doação e permuta desenvolvido pelo Serviço de Documentação e Diretorias do DNPM.

4. As obras mais procuradas no período, para compra e doação, foram: Principais Depósitos Minerais do Brasil v. 4 B e C, Mining in Brazil, Mapa Geológico do Brasil, Sumário Mineral, Anuário Mineral Brasileiro, Boletim de Preços, Manual Técnico de Gemas e Medicina Talássica.

5. ARQUIVO TÉCNICO: Encerrado o inventário que teve início em 1998, concluiu-se:

a) Dos 3979 projetos cadastrados no Arquivo Técnico, um total de 68 emprestados no período entre 1983 a 1997 não foram devolvidos. Fatores como mudanças de endereços e telefones dos usuários constituem o principal empecilho para recuperação desses documentos;

b) 992 volumes foram restaurados durante todo o ano de 99.

6. APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL: Participação da bibliotecária-chefe do SEDOC, no "Estágio Supervisionado em Conservação Preventiva e Encadernação de Material Bibliográfico", ministrado no Núcleo de Recuperação de Obras Raras da Imprensa Nacional, em setembro/outubro. Objetivo: aprender as técnicas de conservação preventiva, higienização e encadernação de material bibliográfico.

7. SERVIÇOS OFERECIDOS: O Serviço de Documentação presta atendimentos à comunidade interna do DNPM (Sede e Distritos Regionais) e externa (Instituições de Ensino, Empresas de mineração, Institutos de Pesquisa, Instituições Bancárias, nacionais e internacionais). As condições de oferta e a qualidade de cada um dos serviços oferecidos têm variado em função da infra-estrutura existente. Dos serviços disponíveis aos usuários podemos listar: a) Empréstimo entre bibliotecas;

b) Serviço de alerta;

c) Levantamentos bibliográficos;

d) Normalização de documentos e referências bibliográficas;

e) Consulta *on line* de outras bibliotecas;

8. DIÁRIO OFICIAL: O Núcleo de Atendimento de Controle de Documentos e Dados, conhecido pelo público como Setor de Diário Oficial, atendeu no decorrer deste ano a 813 solicitações de pesquisas e cópias xerox , tanto do Diário Oficial como da LEX.

**Atividades da Diretoria de Exploração Mineral - DIREX
DIVISÃO DE GEOLOGIA E PESQUISA MINERAL
DIVISÃO DE RECURSOS MINERAIS E HÍDRICOS SUBTERRÂNEOS**

Atividade: 09.053.0289.2587.0001 - *Avaliação de Depósitos Minerais*

Subatividade: 09.053.0289.2587.0001 - *Avaliação de Depósitos Minerais*

I - Objetivos:

- 1 - Intensificar a avaliação de depósitos/jazidas de substâncias minerais visando aumentar as reservas nacionais particularmente dos insumos minerais de que o país é carente, bem como daqueles que evidenciam forte expectativa de demanda do mercado externo;
- 2 - Elaborar cartas temáticas de síntese e estudos de correlação e integração geológica/metalogenética, hidrogeológica, em nível nacional e internacional;
- 3 - Preservar a memória geológica nacional, fortalecendo o setor mineral brasileiro.

II - Metas:

Desenvolver projetos concernentes aos seguintes programas:

- I - Programa "Estudos de Distritos Mineiros";
- II - Programa "Cartas de Síntese e Estudos de Integração Geológica";
- III - Programa "Estudos de Projetos Específicos";
- IV - Programa "Preservação da Memória Geológica Nacional".

III – Principais Realizações Físicas

DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	PROGRAMADO	EXECUTADO
-------------------	-------------------	------------	-----------

			Concluído/Em andamento
Programa "Estudos de Distritos Mineiros"	Projeto	19	05 14
Programa "Cartas de Síntese e Estudos de Integração Geológica"	Projeto	05	03 02
Programa "Estudos de Projetos Específicos"	Projeto	01	00 01
Programa "Preservação da Memória Geológica"	Projeto	07	00 07

IV - Comentários Gerais

O presente relatório sintetiza o resultado dos trabalhos desenvolvidos na Atividade " Avaliação de Depósitos Minerais" referentes aos projetos da Diretoria de Exploração Mineral-DIREX, no âmbito da Sede (Brasília) e Unidades Regionais (Estados), realizados sob a coordenação e supervisão técnica das Divisões de Geologia e Pesquisa Mineral - DIGEO e de Recursos Minerais e Hídricos Subterrâneos - DIREM e respectivos Serviços.

Dentro dessa Atividade são priorizados programas de abrangência nacional que contemplam projetos básicos de interesse do País.

No que diz respeito às atividades de rotina merece destaque o grande número de Pareceres Técnicos, sobre temas e assuntos diversificados, de responsabilidade das Divisões e Serviços da Diretoria de Exploração Mineral - DIREX:

- a) Análise de Relatórios de Pesquisa de Águas Minerais e respectiva classificação das fontes (19)
- b) Análise do Plano de Aproveitamento Econômico de Águas Minerais (03)
- c) Análise de rótulos/aprovação para Água Mineral (45)
- d) Elaboração de exigências para a instrução dos processos (31)
- e) Análise de Rótulo/Água Importada (01)
- f) Apoio aos Distritos Regionais do DNPM, quanto ao acompanhamento nas vistorias e análises de Relatórios de Pesquisa e demais documentos técnicos; (23)
- g) Relatórios de viagens; (67)
- h) Pareceres sobre consulta técnica, avaliação e análise de projetos e outros documentos, etc. (08)

A programação orçamentária da DIREX prevista para o exercício de 1999, foi de R\$ 1.234.875,00 (um milhão, duzentos e trinta e quatro mil, oitocentos e setenta e cinco reais) , para atendimento às despesas com Serviços de Terceiros, Material de Consumo, Diárias, Passagens e Despesas com Locomoção. Desse total fora liberada, para aplicação em Projetos da Diretoria, a quantia de R\$ 411.251,00 (quatrocentos e onze mil, duzentos e cinquenta e um reais) (novembro/99), o equivalente a 33,30% do total do orçamento aprovado para a DIREX.

Em razão dessa redução de recursos financeiros, muitos dos projetos previstos na programação/99 foram comprometidos no seu desenvolvimento. Foi dada prioridade aos projetos em andamento, com ênfase àqueles em fase de conclusão, ficando o restante da programação postergada para o exercício de 2000.

V – Resultados Alcançados

I -PROGRAMA "ESTUDOS DE DISTRITOS MINEIROS"

Esse programa objetiva novas descobertas de jazidas e aumento da produção mineral através do desenvolvimento de estudos detalhados de geologia e aplicação de tecnologias avançadas de prospecção e pesquisa. Abrange projetos dirigidos à pesquisa de recursos minerais e hídricos subterrâneos, basicamente direcionados ao entendimento dos controles geológicos dos depósitos minerais e dos modelos genéticos. O programa contempla as seguintes linhas de projetos:

- *Execução Direta do DNPM* (Sede e Unidades Regionais)
- *Cooperação Técnico-Científica Nacional e Internacional*, na forma de acordos e convênios, entre órgãos/instituições governamentais, universidades e empresas de mineração.

1 - Projeto "Distrito Aurífero Serrita - Cedro/PE"

- Conclusão e entrega do Relatório da III Etapa do Projeto.

2 - Projeto "Avaliação Hidrogeológica da Bacia Sedimentar do Araripe - PE/CE"

- Concluída a digitalização das Folhas Jardim e Crato.
- Concluída a planimetria da Folha Milagres.
- Em continuidade a digitalização do restante das folhas que compõem o Projeto.

3 - Projeto "Avaliação Hidrogeológica das Bacias Sedimentares do Iguatu e Lavras das Mangabeiras-CE"

- Realizada uma etapa de campo para coleta de amostras para a realização de análises físico-químicas e bacteriológicas, no laboratório da CAGECE, sendo 13 físico-químicas e 08 bacteriológicas, nos municípios de Iguatu, Quixelô e Icó.
- Revisão na elaboração dos gráficos de análise do nível dinâmico, evolução temporal da perfuração de poços, análise do pH dos poços perfurados, análise do nível estático dos poços perfurados, análise da profundidade dos poços e análise de vazão.
- Realizada revisão com a correção das seguintes tabelas e gráficos do Projeto: análises físico-químicas, classificação iônica, percentual dos elementos, valores da condutividade elétrica, concentração de cloretos, concentração de ferro, quantidade de STD, dureza das águas e distribuição dos valores de NO₃.
- Elaboração do texto sobre o trabalho "Características Qualitativas das Águas Subterrâneas da Bacia do Iguatu", a ser publicado oportunamente.

4 - Projeto "Causas da Salinização das Águas do Semi-árido Nordestino"

- Continuidade por parte dos Consultores em Pedologia e Hidrogeologia nos estudos de interpretação e correlação dos dados resultantes das análises em amostras de solo.
- Desenvolvidas duas etapas de campo destinadas a coleta de amostras de água em poços não cadastrados, num total de 36 amostras, como também para amostragem de solo, que resultou na coleta de 28 amostras.

5 - Projeto "Avaliação Hidrogeológica das Bacias Sedimentares de Mirandiba, São José do Belmonte e Cedro/PE"

- Realizada mais uma etapa de campo para a coleta de dados dos pontos d'água e realização de testes de bombeamento.
- Tratamento, em laboratório, dos dados coletados em campo e de outras informações obtidas em bibliografia.
- O mapa geológico da bacia já está sendo digitalizado.
- Conclusão da Avaliação Hidrogeológica da Bacia Sedimentar de São José do Belmonte.

6 - Projeto "Distritos Mineiros do Nordeste Oriental"

- Viagem a Natal/RN e Campina Grande/PB para coleta de informações técnicas.
- Tratamento dos dados coletados.
- Elaborado o Relatório de Progresso 1 - Etapa I, referente aos dados obtidos em viagens realizadas nos Distritos do Rio Grande do Norte, Paraíba e Alagoas.

- Em fase de coleta de dados referentes a Relatórios de Pesquisa apresentados e as reservas das áreas com Decreto de Lavra/ Portaria de Lavra e Relatórios de Pesquisa Aprovados, nos Distritos acima mencionados.
- Viagem a Região do Araripe Pernambuco para visita aos jazimentos gipsíferos para coleta de informações sobre o distrito mineiro homônimo.
- Viagem a Campina Grande/PB para coleta de informações sobre os distritos mineiros naquele estado e circunvizinhanças.
- Trabalho de escritório nos dados coletados até então relativos aos distritos mineiros nos estados de Pernambuco, Paraíba, Alagoas e Rio Grande do Norte.
- Entrega do Relatório de Progresso 2 contendo todas as atividades desenvolvidas até então.

7 - Projeto "Distritos Mineiros do Estado do Ceará"

- Elaboração da minuta dos textos referentes aos 10(dez) distritos mineiros do Estado do Ceará.
- Elaboração dos esboços geológicos (preliminar) dos 10(dez) distritos mineiros.
- Digitação em editor gráfico de 06(seis) esboços geológicos dos distritos mineiros e do esboço geológico do Estado do Ceará.
- Viagem de reconhecimento dos distritos mineiros Campos Sales-Antonina do Norte e Iguatu-Aurora.
- Viagem de reconhecimento dos distritos mineiros Quixadá-Pedra Branca e Itapipoca-Santa Quitéria; Novo Oriente-Tauá e Canindé-Tamboril; Sobral-Camocim; Chapada do Araripe e Baixo Jaguaribe-Apodi.
- Revisão dos textos e dos esboços geológicos dos seis mapas digitados, após a realização das viagens de reconhecimento.
- Em andamento a digitação em editor gráfico de quatro dos esboços geológicos dos distritos mineiros Grande Fortaleza, Chapada do Araripe, Novo Oriente-Tauá e Quixadá-Pedra Branca e do esboço geológico do estado do Ceará.

8 - Projeto "Controle e Disciplinamento do Uso das Águas Termais de Caldas Novas/Rio Quente - GO"

- Monitoramento das vazões dos poços relacionados com o aquífero termal, com realização de leituras dos hidrômetros. Foram detectadas algumas extrapolações das vazões permitidas, sendo que os infratores foram punidos. Foram detectados problemas com alguns hidrômetros, porém os reparos já foram providenciados.
- Monitoramento de temperaturas, níveis dinâmico e estático dos poços.
- Atualização de gráficos de monitoramento do Aquífero Termal.
- Monitoramento do nível estático dos poços "frios" do Setor de Mansões de Águas Quentes.

- Apresentação do Relatório de Furnas em reunião que contou com a participação da Diretoria do DNPM, Ministério Público, FEMAGO, METAGO, Prefeitura de Caldas Novas, Prefeitura de Rio Quente e Técnicos do 6º Distrito/DNPM.
- Vistoria nos DNPMs 860.561/86, 860.183/86 e 861.155/81 visando atender a autorização pedida para limpeza dos poços 128, 129 e 256 respectivamente.

9 - Projeto "Ômega - Pesquisa de Rochas Ornamentais do Estado do Ceará"

- Entregue o Relatório de Serviço do Projeto referente às três áreas pesquisadas - Fazenda Santana, Capim Frio e Logradouro.
- Entregue o Relatório da Dissertação de Mestrado "Rochas Ornamentais do Ceará: Geologia, Pesquisa, Lavra, Beneficiamento e Mercado".

10 - Projeto "Levantamento das Potencialidades de Granitos, Mármore e Outras Rochas Ornamentais para fins de Revestimento na Bacia do Rio Paraguai/MT"

- Entregue o "Catálogo de Rochas Ornamentais do Estado de Mato Grosso".

11 - Projeto "A Mineração no Contexto Econômico do Amazonas"

- Entregue o Relatório Final do Projeto "A Mineração no Contexto Econômico do Amazonas: Calha do Alto Solimões".

12 - Projeto "Talco do Paraná"

- Entrega do Relatório Final do Projeto "Avaliação Metalogenética do Distrito Mineiro do Talco no Estado do Paraná", realizado mediante convênio de cooperação técnica e financeira com a Minerais do Paraná S/A-MINEROPAR.
- O Relatório é constituído de 08 volumes, sendo 05 de Geologia, 02 de Geofísica e 01 Financeiro relativo à prestação de contas. Acompanha cópia digital em CD com todos os arquivos do Relatório Final (Geologia e Geofísica), inclusive os resultados parciais e arquivos de plotagens.

13 - Projeto "Área de Proteção de Fontes - Distrito Hidromineral de Lindóia"

- Projeto concluído em 1998. Em andamento a impressão do Relatório Técnico Final.

14 - Projeto "Desenvolvimento de Métodos Petro-mineralógicos em Exploração Mineral (Resistatos de Granitos e Komatiitos)"

- Projeto de cooperação financiado pelo PADCT/FINEP, com contrapartidas do DNPM, UnB e ADIMB.

- Enfoque Komatiitos

- Realizados 70% dos estudos de campo. Estudados os alvos de Crixás e Fortaleza de Minas. Prepara-se a expedição ao terceiro alvo-Umburanas (BA).
- Realizada 60% da petrografia.
- Enviadas ao Canadá 30 amostras de Crixás e 20 amostras de Fortaleza de Minas para análise total de óxidos maiores e de elementos terras raras.

- Enfoque Resistatos

- Estudo bibliográfico extensivo sobre emprego de resistatos na exploração mineral.
- Trabalhos de campo com ampla amostragem de saprolito, rochas e testemunhos de sondagem dos quatro alvos previstos.
- Separação preliminar dos resistatos no campo, com auxílio de bateia.
- Separação refinada dos resistatos no laboratório.
- Identificação dos minerais resistatos: ilmenita, rutilo, zircão e epidoto.
- Preparação de seções polidas das paragêneses de resistatos dos quatro corpos. Estão sendo realizadas as análises de química mineral dos resistatos com auxílio de microsonda. Após a conclusão das análises de microsonda terá início a última fase de estudo do enfoque Resistatos que é a interpretação dos resultados das análises e de suas possíveis aplicações na exploração mineral.

15 - Projeto " Geocronologia e Características Isotópicas de Carbono, Oxigênio e Enxofre de Províncias Auríferas Brasileiras"

- Projeto de cooperação financiado pelo PADCT/FINEP, com contrapartidas do DNPM, UFMG, UnB e ADIMB.

- Coleta sistemática de amostras das rochas encaixantes, das faixas hidrotermalizadas e dos diferentes tipos de minério nos cinco alvos.
- Foi realizada moagem de rochas e minérios e posterior separação das diferentes fases minerais, tanto para análises geocronológicas como isotópicas de S. Os alvos Mina Cuiabá, Gameleira, Igarapé Bahia e Minas III já enviaram as amostras para análises.
- Realizadas análises geocronológicas por vários elementos: Ar/Ar, Sm/Nd, Pb/Pb, Rb/Sr, U/Pb e Shrimp nos laboratórios da UnB, UFPA e USP.

- Estão sendo realizadas análises de isótopos estáveis de amostras de hidrotermalitos e de minério pela Universidade de Calgary/Canadá, no que se refere a isótopos de S em sulfetos dos minérios, e pela UFPE, no que se refere a isótopos de C e O em carbonatos de hidrotermalitos.

16 - Projeto " Caracterização de Depósitos Auríferos em Distritos Mineiros Arqueanos Brasileiros"

- Projeto de cooperação financiado pelo PADCT/FINEP, com contrapartidas do DNPM, UFMG, UnB e ADIMB.
- Encerrada a fase de campo principal em todos os cinco depósitos.
- Amostras recebidas e preparadas.
- Petrografia e minerografia em fase bastante adiantada (80%).
- A maior parte do estudo de inclusões fluidas já foi realizada.
- Iniciados os estudos de microsonda.
- Em execução as análises químicas.

17 - Projeto " Mineralizações Auríferas Associadas ao Granito São Jorge, Província do Tapajós"

- Projeto de cooperação financiado pelo PADCT/FINEP, com contrapartidas do DNPM, UFPA e ADIMB.
- Reconhecimento geológico e amostragem preliminar de rochas e minérios.
- Iniciada a elaboração da cartografia geológica de detalhe do corpo mineralizado e de suas encaixantes imediatas.
- Estudo petrográfico de dezenas de lâminas delgadas das rochas encaixantes e dos hidrotermalitos associados ao minério.
- Preparação de 30 amostras para análises de elementos maiores, menores e terras raras.
- Preparação de lâminas bipolidas para estudo de inclusões fluidas.
- Datações Pb/Pb em zircão de várias amostras de granitos da região, resultando todas em idades transamazônicas (1.8-1.9 bilhão de anos).
- Conclusão dos estudos de susceptibilidade magnética e de minerais óxidos de Fe e Ti.

18 - Projeto "Avaliação Metalogenética em Ambientes Vulcano-Sedimentares Auríferos do Escudo Sul-Riograndense-Região de Ibaré e Palma"

- Viagem de campo à área do projeto para os primeiros estudos geológicos e coleta de amostras.

19 - Projeto "Distrito Gemológico de Minas Gerais - Região Leste"

- Preparadas as fichas de descrição dos principais corpos pegmatíticos visitados durante as três viagens de campo realizadas na província oriental do Brasil, no estado de Minas Gerais.
- Em andamento os trabalhos de compilação do mapa geológico referentes à porção leste do Projeto, com a prévia redução para a escala 1:500.000 e posterior homogeneização das informações e critérios geológicos dos seguintes mapas consultados: mapa geológico da porção central do Projeto Leste de Minas Gerais, Carta Geológica de Almenara (PLGB) e mapas de serviços (versão final) da área correspondente ao bloco sul do Projeto Leste de Minas Gerais.
- Iniciada a preparação do texto do relatório.

20 - Projeto "Estudo de Técnicas de Sensoriamento Remoto para Prospecção Mineral"

Projeto de Cooperação dentro do Acordo BRASIL / JAPÃO

- Trabalhando os dados recolhidos na etapa de campo realizada em dezembro/98.
- Viagem ao Japão para apresentação e discussão dos resultados da primeira etapa do projeto.
- Atividades de interpretação visual de escritório. Aguardando lançamento do satélite japonês ASTER, para obtenção de dados espectrais para serem comparados com aqueles obtidos em campo.
- Realizado trabalho de campo na região do Rio Trombetas (AM), com participação da PETROBRÁS/INPE/MMRC. Por se tratar de área de interesse de pesquisa para petróleo o DNPM não participou.
- Entrega do Relatório da 1ª Etapa "Estudo Conjunto em Sensoriamento Remoto nas Áreas de Uatumã e Paracatu, Brasil".

21 - Projeto "Avaliação dos Recursos Minerais da Plataforma Interna do Estado do Ceará - Costa Leste"

Projeto de Cooperação envolvendo DNPM e o LGMA/UFC - Laboratório de Geologia Marinha e Aplicada da Universidade Federal do Ceará.

- Entrega do Relatório da Dissertação de Mestrado "Qualidade das Areias Marinhas para Utilização como Agregado na Construção Civil, na Região Metropolitana de Fortaleza, Estado do Ceará".

22 - Projeto "Estudo de Desenvolvimento em Pesquisa Mineral: Exploração de Ouro em Alta Floresta/MT"

(Acordo de Cooperação Técnica Brasil/Japão)

- Participação de um técnico do DNPM em reuniões com técnicos japoneses em Tóquio, para avaliar resultados da 1ª etapa do projeto, colaborar na confecção do mapa preliminar das anomalias detectadas e preparação do Relatório da Etapa I; participar na discussão dos resultados e propor as metas para a segunda etapa.
- Entrega do Relatório Final da Etapa I do Projeto.
- O planejamento da 2ª etapa de campo do projeto incluiu as seguintes atividades: adensamento da amostragem geoquímica de solos dos blocos B e C; levantamento geoquímico de solos dos blocos F e G; mapeamento geológico de detalhe dos blocos B, C e F; sondagem de trado nas linhas de amostragem de solos e sondagem a diamante sobre as anomalias de solo nos blocos B, C, F, e G.
- Realizada uma viagem de campo para estabelecer contatos com superficiários, prestadores de serviços e comunidade local, preparando as bases para início da 2ª etapa do projeto.
- Realizados os seguintes trabalhos da 2ª etapa: a) amostragem geoquímica de solos para os blocos B, C, F e G com um total de 4849 amostras; b) amostragem geoquímica em furos de trado para os blocos B, C e F, num total de 12km de linhas, 2.134m perfurados e 354 amostras coletadas; c) mapeamento geológico de 3km² do bloco F, em 15km de rotas; d) realização de sondagem profunda nos blocos B(400m), bloco C(200m) e bloco F(200m); e) enviadas para laboratório as amostras de solo para análise geoquímica para os elementos Au, Ag, Cu, Pb, Zn, Fe, As, Sb e Hg e análises do tipo "Ore Assay" para os elementos Au, Ag, Cu, Pb, Zn, Fe, As, Sb e Hg; f) foram também enviadas amostras de rochas e minérios para diversos tipos de análises, além de 100 amostras de solo para cheque de laboratório: lâmina delgada (49), seção polida (36), difração de raio-x (33), análises químicas (238), inclusões fluidas (25) e datação (10).
- Realizada reunião em Cuiabá para avaliar os resultados da segunda etapa do projeto e propostas para a terceira etapa. Como consequência foi feito um documento contendo essas sugestões, que foi assinado pelos representantes do MMAJ e DNPM, e encaminhado para apreciação para a sede do projeto no Japão.

II - PROGRAMA CARTAS DE SÍNTESE E ESTUDOS DE INTEGRAÇÃO GEOLÓGICA

Esse programa tem como objetivo principal a elaboração de cartas temáticas de síntese, estudos de correlação e integração geológica em nível nacional e internacional, em consonância com os interesses do país.

1 - Projeto "Mapa de Ocorrências e Jazidas Minerais dos Municípios do Estado do Pará"

Concluídos os diagnósticos e apresentados os Relatórios Técnicos correspondentes, envolvendo texto e mapa, dos seguintes municípios do estado do Pará:

- Diagnóstico Mineral do Município de Canaã dos Carajás
- Diagnóstico Mineral do Município de Sapucaia
- Diagnóstico Mineral do Município de Placas
- Conclusão do texto final do Diagnóstico do Município de Pau D'Arco.
- Conclusão dos levantamentos e da logística para os trabalhos de campo nos municípios de São Miguel do Guama e Irituia.
- Execução dos trabalhos de campo dos municípios de São Miguel do Guama e Irituia.

2 - Projeto "Mapa Geológico da América do Sul - 1:5.000.000 "

- Conclusão do mapa geológico na escala 1:5.000.000.

3 - Projeto "Mapa Geológico do Estado de Pernambuco"

- Em fase final de digitalização dos mapas geológicos das três bacias sedimentares interiores de Mirandiba, São José do Belmonte e Cedro (PE).
- Realizada uma revisão geral do mapa geológico das três bacias, com a necessidade de ligeiras correções que logo serão efetuadas.

4 - Projeto "Mapa Integrado da Bacia do Prata" (Geológico, Recursos Minerais e Hidrogeológico)

- Em elaboração o mapa de recursos minerais. Concluídos os mapas geológico e hidrogeológico.

5 - Projeto "Mosaicos de RADAM na Forma Digital"

- Conclusão do trabalho de "escanerização" de 540 imagens do Projeto RADAM e RADAMBRASIL e a entrega dos respectivos CD-ROMs, que foram lançados no VIII Congresso Brasileiro de Mineração.

III - PROGRAMA ESTUDOS DE PROJETOS ESPECÍFICOS

1 - Projeto "Apoio a Teses"

- Em fase de conclusão quatro teses de doutoramento pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS.

1 - Estudos dos Depósitos de Ouro do Sul do Brasil;

2 - Metalogenia do Cromo e Platina no Maciço Cerro da Mantiqueira - RS;

3 - Metalogenia do Nióbio e Terras Raras no Manto de Alteração da Jazida de Catalão - GO;

4 - Alteração Hidrotermal em Zona de Cisalhamento no Depósito de Esmeralda de Itabira - MG.

- Em andamento a tese de mestrado pela Universidade de Brasília: "*Geologia e Mineralização Aurífera na Porção Central do Greenstone Belt de Pilar de Goiás - GO*".

- Em andamento a tese de doutoramento pela Universidade de Brasília e Escola de Minas do Colorado e Serviço Geológico Americano: "*Integração de Dados Geológicos, Geofísicos e de Sensores Remotos no Greenstone Belt Rio das Velhas - MG*".

IV - PROGRAMA PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA GEOLÓGICA

Esse programa tem como objetivo manter, preservar, pesquisar e difundir o acervo que constitui a Memória Geológica Nacional, em especial: monumentos/sítios geológicos; depósitos fossilíferos; museus de minerais, rochas e materiais relacionados, bem como apoiar eventos técnico-científicos realizados no País.

1 - Projeto "Apoio a Pesquisa Paleontológica da Chapada do Araripe/Ce"

- Continuação das atividades de fiscalização, catalogação de fósseis e apoio a pesquisadores.
- Viagem de vistoria a Bacia Sedimentar do Araripe, visitando os municípios de Jardim, Porteiras, Jardim Mirim e Brejo Santo.

2 - Projeto "SIGMETA"

- Em andamento a atividade de alimentação permanente do Banco de Dados de Recursos Minerais. Atualizados os dados referentes a jazidas do estado de Santa Catarina, minas dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina e a parte referente aos dados de geologia do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo.

3 - Projeto "SIGHIDRO"

- Em andamento a atividade de alimentação permanente do Banco de Dados das Fontes Hidrominerais do Brasil.
- Instalação da nova versão do Banco de Dados e coleta de dados mais atualizados em Belém/PA e Fortaleza/CE. As fontes coletadas no Sistema são imediatamente convertidas para o "site" na Internet.

4 - Projeto "SISON"

- Em andamento o programa de alimentação, complementação e alimentação permanente do Sistema, bem como o aperfeiçoamento da Base de Dados na Sede, com a atualização de municípios para atendimento das Unidades Regionais.

5 - Projeto "Museu de Ciências da Terra"

- Pesquisa para obtenção de dados no contexto da programação da Curadoria da Memória Geológica, buscando resgatar elementos de interesse histórico e/ou biográfico.
- Reprodução fotográfica de imagens e retratos importantes para a História do DNPM e o Arquivo Biográfico.
- Em andamento o texto do trabalho "História do DNPM", bem como a seleção das fotos que o ilustrarão, e a preparação de legendas.
- Concluídas as pesquisas externas para a elaboração das legendas das fotos do trabalho "Imagens do Rio de Janeiro no Tempo de Derby".

- Montagem e inauguração da exposição "Um Palácio na História Geológica Brasileira" juntamente com exposição paleontológica que foi organizada para comemorar o Dia do Paleontólogo.
- Lançamento da obra "O Brasil no Tempo dos Dinossauros", publicada através do Museu Nacional e DNPM.
- Coleta de informações e fotografias do CETEM para compor a obra "História do DNPM".
- Análise e adequação de currículos de técnicos do DNPM, que comporão a publicação "História do DNPM".

6 - Projeto "Sítios e Monumentos Geológicos e Paleontológicos do Brasil"

- Em andamento a preparação dos textos referentes aos sítios que foram selecionados para compor a obra.

7 - Bibliografia da Geologia do Estado do Ceará

- Entrega da obra "A Bibliografia da Geologia do Estado do Ceará", que abrange o período relativo aos anos de 1913 a 1992, sendo composta por monografias, artigos de periódicos, trabalhos apresentados em Congressos, Simpósios e Seminários publicados no Brasil e no exterior e particularmente no Estado do Ceará.

8 - Projeto "Apoio a Eventos Técnico-Científicos(Congressos, Simpósios, Encontros, Reuniões, Workshops, etc)

- Viagem ao Rio de Janeiro para dar andamento às atividades de coordenação de projetos da DIREX, durante o ano de 1999, bem como participar de atividades relativas à preparação do 31º Congresso Geológico Internacional, no período de 31 de janeiro a 05 de fevereiro/99.
- Participar em São Paulo de reuniões de trabalhos no 2º Distrito/DNPM e da 15ª Reunião de Trabalho da Comissão Permanente de Crenologia, no período de 23 a 26 de fevereiro/99.
- Participar da solenidade de lançamento do Atlas Digital dos Recursos Hídricos Subterrâneos do Ceará, em Fortaleza/CE, dia 26 de fevereiro/99.
- Dar continuidade em Porto Alegre/RS, no período de 28 de fevereiro a 05 de março/99 das atividades de coordenação do Projeto de Integração de Recursos Minerais da Bacia do Prata, do SGT-2-MERCOSUL.
- Viagem a Goiânia, Rio de Janeiro e Natal com a finalidade de implantar e orientar na utilização de software para leitura de dados digitalizados de mapas editados pelo DNPM, no período de 08 a 13 de março/99.
- Participação da reunião de Diretoria de Hidrogeologia e Navegação-DHN, para tratar da revisão do Termo de Referência para Avaliação dos Dados Pretéritos da

àrea de Geologia e Geofísica Marinha do Programa de Avaliação da Potencialidade Mineral da Plataforma Continental Brasileira (REMLAC), no Rio de Janeiro, dia 11 de março/99.

- Participar em São Paulo da Reunião de Trabalho sobre Alterações da Resolução nº 25/76 do Ministério da Saúde, dia 16 de março/99.

- Participar de Reuniões no Rio de Janeiro, com o DNPM (avaliação da obra "História do DNPM"), com a CPRM (avaliação do andamento de projetos) e SECIRM (participar da 12ª Sessão Ordinária do Grupo de Trabalho Permanente para elaboração da Proposta Política do LEPLAC), no período de 17 a 20 de março/99.

- Participar da reunião de trabalho da Comissão Organizadora do Workshop Nacional de Águas Minerais, no período de 23 a 24 de março/99, em Belo Horizonte/MG.

- Participar em Campinas/SP, no período de 28 de março a 02 de abril/99 do Curso "Sistema de Informações Geográficas na Exploração Mineral e no Mapeamento Geológico", promovido pelo DNPM/ADIMB.

- Participação de reuniões da Comissão Organizadora do 31º Congresso Geológico Internacional, na Casa Brasil 2000, no Rio de Janeiro/RJ, em abril e maio/99.

- Visita Técnica na área da Empresa de Água Mineral-FARESA Indústria e Comércio Ltda, em Cachoeira de Macacu/RJ e participar de reunião com técnicos do 9º Distrito do DNPM/RJ e do LAMIN/CPRM sobre a execução de estudos "in loco" das Fontes São Joaquim e São Lazário, no período de 26 a 30 de abril/99.

- Viagem a Campo Grande/MT, no período de 02 a 07 de maio/99 para realização de vistoria de Concessão de Lavra e Alvará de Pesquisa de águas minerais.

- Reunião no 4º e 10º DS/DNPM para dar início à programação "Distritos Mineiros do Nordeste Oriental" e "Distritos Mineiros do Estado do Ceará", no período de 03 a 08 de maio/99.

- Participação de técnicos de Distritos no Curso "Avaliação Financeira de Projetos Mineiros", realizado em Brasília/DF, no período de 05 a 12 de maio/99.

- Reunião com técnicos do 2º DS/DNPM/SP sobre os estudos da área de proteção da Estância Hidromineral de Ibirá/SP, no período de 10 a 14 de maio/99.

- 5ª Conferência Internacional de Mercúrio como Poluente Global, no Rio de Janeiro/RJ, no período de 23 a 28 de maio/99.

- Acompanhamento de testes de bombeamento de um poço tubular em Caldas Novas/GO e uma visita técnica em poços tubulares localizados no município de Rio Quente/GO, no período de 24 a 28 de maio/99.

- Participar do lançamento da Publicação "Catálogo de Rochas Ornamentais de Mato Grosso" e reunião para discussão da programação da Etapa II do Projeto "Exploração de Ouro em Alta Floresta/MT", em Cuiabá/MT, no período de 27 a 29 de maio/99.

- Participação da inauguração da Exposição Conjunta Museu Nacional-DNPM, e avaliação e acompanhamento de projetos da DIREX junto ao 9º DS/DNPM e CPRM, no Rio de Janeiro, no período de 09 a 11 de junho/99.

- Participação do Workshop Nacional de Águas Minerais, realizado em São Lourenço/MG, no período de 09 a 12 de junho/99.

- Participação de técnicos do 19° DS/DNPM do VI Simpósio de Geologia da Amazônia, em Manaus/AM, no período de 13 a 18 de junho/99.
- Viagem a Belo Horizonte e a São Lourenço/MG para a realização de testes de bombeamento em poços tubulares e surgências naturais localizadas em áreas da Empresa de Águas São Lourenço, para verificação de possíveis interferências entre esses poços e nascentes, no período de 20 a 24 de junho/99.
- Continuidade das atividades de coordenação do Projeto de Integração de Recursos Minerais da Bacia do Prata, do SGT-2-MERCOSUL, em Porto Alegre/RS, no período de 21 a 25 de junho/99.
- Viagem a Recife/PE, no período de 27 de junho a 01 de julho/99 para participar de reuniões de trabalhos sobre águas minerais - metodologia de estudos e definição de áreas de proteção de fontes de águas minerais e potáveis de mesa, conforme previsto na Portaria n° 231/98 do DNPM.
- Participação de técnicos do 1° e 13° DS/DNPM do VII Simpósio Sul Brasileiro de Geologia e II Encontro de Geologia do Mercosul, em Foz do Iguaçu; no período de 27 de junho a 01 de julho/99.
- Participação da 13ª Sessão Ordinária do Grupo de Trabalho Permanente para Elaboração da Proposta Política do Levantamento da Plataforma Continental, no Rio de Janeiro, no período de 12 a 14 de julho/99.
- Reunião de Trabalho sobre Aquífero Termal de Caldas Novas e Rio Quente/GO e apresentação pelos técnicos de Furnas Centrais Elétricas S/A do relatório Preliminar sobre os estudos na área da Barragem Corumbá-I, em Goiânia/GO, no período de 27 a 30 de julho/99.
- Participação do XVI Congresso Brasileiro de Paleontologia, no Crato/CE, de 01 a 03 agosto/99.
- Reunião junto à CPRM para tratar de assuntos de interesse do Projeto Alta Floresta/MT, do Acordo de Cooperação Técnica Brasil-Japão, em Goiânia, dia 03 de agosto/99.
- Participação do VIII Congresso Brasileiro de Mineração, em Belo Horizonte/MG, de 16 a 18 de agosto/99.
- Participação da Feira Internacional de Mármore e Granito, realizado em Cachoeiro do Itapemirim/ES, no período de 24 a 27 de agosto/99.
- Reunião sobre aplicação da Portaria 231 que trata de "Área de Proteção de Fontes de Águas Minerais", em Recife, de 14 a 15 de setembro/99.
- Participação da apresentação da palestra sobre o resultado do Relatório da IV Etapa do "Monitoramento do Reservatório UHE-Corumbá e Aquífero Termal de Caldas Novas/GO", em Goiânia, de 09 a 10 de setembro/99.
- Participação do 8° Congresso Brasileiro da Indústria das Águas Minerais, em Recife/PE, no período de 13 a 15 de setembro/99.
- Participação do XI Encontro Nacional de Perfuradores de Poços, em Belém/PA, de 14 a 17 de setembro/99.
- Acompanhamento técnico das atividades de digitalização do Mapa Geológico da América do Sul, no Rio de Janeiro/RJ, de 20 a 24 de setembro/99.
- Participação da solenidade de lançamento dos sete volumes do Relatório Final do Projeto "Talco do Paraná", em Curitiba, de 30 de setembro a 01 de outubro/99.
- Participação da 14ª Sessão Ordinária do Projeto LEPLAC, no Rio de Janeiro, de 25 a 29 de outubro/99.

- Visita aos garimpos Papagaio e Serra Azul, no município de Itaituba/PA, dentro do Acordo de Cooperação Técnica DNPM/JICA para avaliar as áreas propostas pela AMOT/SEMMA, para implantação de projetos de exploração mineral dentro do programa Estudos de Distritos Mineiros, no período de 25 a 29 de outubro/99.
- Participação do 10º Curso sobre Águas Minerais "Geoquímica e Contaminação de Águas Subterrâneas" e do Treinamento Técnico sobre a Portaria 231/98, em Recife/PE, de 07 a 13 de novembro/99.
- Reunião do Comitê para Organização do 31º IGC, na Casa Brasil, no Rio de Janeiro, no período de 15 a 19 de novembro/99.
- Participar do Seminário "Atualização em Técnicas para Controle Microbiológico de Águas Minerais", de 05 a 06 de novembro/99, em São Paulo.
- Vistoria do Relatório Final de Pesquisa DNPM 826.189/94, Quatro Barras-Curitiba/PR, no período de 16 a 19 de novembro/99.
- Participação do Seminário para Formulação de uma Política Municipal de Preservação dos Sítios Paleontológicos e Arqueológicos, em Santa Maria/RS, de 18 a 20 de novembro/99.
- Participação de reunião de planejamento da 3ª etapa do Projeto Ouro de Alta Floresta, Convênio DNPM/Japão, através da avaliação dos dados e resultados obtidos nas fases já concluídas, em Cuiabá/MT, de 22 a 24 de novembro/99.
- Viagem a Goiânia para acompanhar vistoria dos técnicos do DNPM/GO, de 22 a 26 de novembro/99.
- Participação do Curso de Modelagem Matemática de Fluxo e Transporte em Águas Subterrâneas em Fortaleza, no período de 22 a 26 de novembro/99.
- Participação do 4º Fórum de Debates: Água Subterrânea e seus Impactos na Qualidade de Vida, em Fortaleza, de 25 a 27 de novembro/99.
- Participação do II Seminário do Plano de Transferência de Tecnologia do SIVAM-Visão Geral e Demonstrações em Sensoriamento Remoto, em São José dos Campos/SP, de 29 de novembro a 04 de dezembro/99.

QUADRO RESUMO FÍSICO-FINANCEIRO - (Até novembro/1999)

DS/Projetos/ Atividades	S.Ter/P. Jur (R\$)	S.Ter/P. Fís (R\$)	Mat. Cons (R\$)	Mat. Perm (R\$)	Pass. (R\$)	Diár. (R\$)	Total (R\$)
1º DS/RS – Avaliação Metal. em Amb. Vulc. Sedim. Auríferos do Escudo Sul- Riograndense, VII Simpósio Sul Brasileiro de Geologia e II Encontro Geologia do Mercosul	250,00	-	500,00	-	638,40	2.088,08	3.476,48

2° DS/SP – Wokshop Nacional de Águas Minerais	50,00	-	240,00	-	-	425,00	715,00
3° DS/MG – Worshop Nacional de Águas Minerais	50,00	-	100,00	-	-	200,00	350,00
4° DS/PE – Bacias Sedimentares Mirandiba, São José Belminte e Cedro, Ouro Serrita- Cedro, Mapa Geológico de Pernambuco, Distritos Mineiros NE Oriental	33.415,00	-	4.300,00	-	859,33	12.684,17	51.258,50
5° DS/PA - Mapa de Ocorrências e Jazidas Minerais do Pará, Simpósio de Geologia da Amazônia, XI Encontro Nacional Perfuradores Poços	4.750,00	5.300,00	6.250,00	-	9.520,40	10.415,84	36.236,24
6° DS/GO – Controle e Disciplinamento do Uso de Águas Termais de Caldas Novas/Rio Quente, Curso Avaliação Financeira Projetos Mineiros	-	-	510,00	-	499,88	9.346,66	10.356,54
7° DS/BA - Curso Aperfeiçoamento UNICAMP	-	-	-	-	700,00	860,00	1.560,00
9° DS/RJ –	12.116,67	-	250,00	-	3.192,63	3.981,11	19.540,41

Museu de Ciências da Terra, Exposição "Dinossauros do Gondwana" e Texto Explicativo							
10° DS/CE - Apoio a Pesquisa Paleontológica da Chapada do Araripe, Avaliação Hidrogeológica das Bacias Sedimentares de Iguatu e Lavras da Mangabeira, Distritos Mineiros no Estado do Ceará	12.395,00	4.800,00	4.100,00	-	-	10.464,64	31.759,64
12° DS/MT – Curso "Tratamento de Dados em Prospecção Geoquímica", Curso "Avaliação Financeira Projetos Mineiros', Ouro de Alta Floresta, Feira Internacional de Mármore e Granitos	950,00	-	4.500,00	-	4.215,18	31.239,78	40.904,96
13°/DS/PR – Talco do Paraná, VII Simpósio Sul Brasileiro de Geologia e II Encontro de Geologia do Mercosul	-	-	-	-	276,05	872,95	1.149,00
14°/DS/RN – Causas da Salinização das Águas do Semi Árido Nordeste	10.495,59	5.175,00	750,00	-	-	3.022,24	19.442,83
19°/DS/RO - VI Simpósio de Geologia da	-	-	-	-	472,70	642,54	1.115,24

Amazônia							
SUB TOTAL	74.472,26	15.275,00	21.500,00	0,00	20.374,57	86.243,01	217.864,84

DS/Projetos/ Atividades	S.Ter/P. Jur (R\$)	S.Ter/P. Fís (R\$)	Mat. Cons (R\$)	Mat. Perm (R\$)	Pass. (R\$)	Diár. (R\$)	Total (R\$)
SEDE/Brasília – Mapa Geológico da América do Sul, Distrito Gemológico de Minas Gerais- Região Leste, Estudo de Téc. Sensoriamento Remoto, ADIMB (Caracterização de Depósitos Auríferos em Distritos Mineiros Brasileiros, Geocronologia e Características Isotópicas de C, O e S de Províncias Auríferas Brasileiras, Desenvolvimento de Métodos Petromineralógicos em Exploração Mineral, Mineralizações Auríferas Associadas ao Granito São Jorge- Província de Tapajós), Sítios e Monumentos Geológicos e Paleontológicos do Brasil, Área de Proteção de Fontes do Distr. Hidromineral de Lindóia/SP, SIGHIDRO, SISON, SIGMETA, XVI Congresso Brasileiro de Paleontologia, Convênio DNPM/ABAS, Apoio a Eventos Técnicos- Científicos, Reuniões e Visitas Técnicas, Mapa da Bacia do Prata	100.329,91	515,40	3.656,80	0,00	56.753,93	32.131,00	193.387,04
SUB TOTAL	100.329,91	515,40	3.656,80	0,00	56.753,93	32.131,00	193.387,04
TOTAL GERAL	174.802,17	15.790,40	25.156,80	0,00	77.128,50	118.374,01	411.251,88

Observação: Os dados do Resumo Físico-Financeiro representam os resultados do controle efetuado na própria DIREX e poderão sofrer correções após a compatibilização final com o Setor de Contabilidade.

Atividades da Diretoria de Desenvolvimento e Economia Mineral - DIDEM
À Diretoria de Desenvolvimento e Economia Mineral compete planejar, dirigir, orientar, coordenar e executar atividades relacionadas à economia mineral e às minas, incluindo a exploração, beneficiamento, segurança, controle ambiental, bem como o acompanhamento, análise e divulgação do desempenho do setor mineral.

É composta pela Divisão de Economia Mineral – DEM e Divisão de Minas e Controle Ambiental na Mineração - DMCAM.

A Divisão de Economia Mineral – DEM direciona seus esforços no acompanhamento, análise e divulgação do desempenho da economia mineral brasileira e internacional, mantendo atualizado os serviços de execução de coleta, processamento e estatísticas da produção e do comércio de bens minerais.

Por outro lado, busca realizar os estudos e análises dos aspectos mais relevantes relacionados ao setor e que se destinam subsidiar e embasar as prioridades de formulação e proposição da Política Mineral e os Planos de Governo, com base na implantação, manutenção e gerenciamento de bancos de dados internos.

Ainda, a Divisão de Economia Mineral tem a responsabilidade de exercer o controle e fiscalização sobre a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM e pelo comércio de bens minerais.

A Divisão de Minas e Controle Ambiental na Mineração – DMCAM direciona seus esforços nas áreas de tecnologia mineral, controle ambiental da atividade de mineração e tecnologia para a segurança na mineração.

As ações a serem empreendidas em Tecnologia Mineral priorizam o apoio a empresa de mineração exercido sobre o processo produtivo.

Enfoca um alvo de preocupação fundamental - a atividade da pequena e média empresa de mineração cuja deficiência tecnológica é preocupante dada as conseqüências de ordem econômica, social e ecológica que acarretam.

As ações do Controle Ambiental na Mineração traduzem a necessidade e a prioridade do DNPM em promover o incremento da produção mineral brasileira dentro da concepção moderna do desenvolvimento auto-sustentável, indicando caminhos para a harmonização entre a atividade de mineração e a indispensável proteção ao homem e o ao meio ambiente.

A Segurança na Mineração centraliza sua atuação na valorização do trabalhador pela melhoria das condições de segurança e higiene do trabalho e a normalização da atividade, de forma a reverter o lamentável quadro nacional das estatísticas de acidentes de trabalho e doenças profissionais - atuação de importante reflexo na área social e na viabilidade técnica e econômica do empreendimento mineiro.

2. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS 2.1 DIVISÃO DE ECONOMIA MINERAL

2.1.1 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS No propósito de disciplinar o processo de estudos, análise e informações técnicas e econômicas, aumentar a velocidade e confiabilidade das informações e intensificar os fluxos de dados entre as unidades Estaduais do DNPM, estão sendo desenvolvidos alguns avanços na área de informática, onde destacamos a transferência do banco de dados SisRalc para SQL, permitindo acesso multiusuário, tanto na Sede quanto nos Distritos, dando assim maior eficiência e agilidade no processamento de dados. A rotina de troca de dados entre a Sede e os Distritos também foi melhorada, podendo ser efetuada também via Internet, e o sistema de processamento de dados da CFEM, que permitiu a apuração dos recolhimentos em nível de Estados, Municípios e Empresas, onde são discriminados a produção comercializada, o faturamento e o recolhimento efetivado.

2.1.2 ANUÁRIO MINERAL BRASILEIRO O Anuário Mineral Brasileiro é a principal fonte de estatísticas básicas da indústria mineral brasileira. É uma publicação de caráter anual, que vem sendo editada pelo DNPM desde 1972 e constituiu-se numa ferramenta básica para qualquer planejamento na setor mineral.

Meta: Publicar o volume XXVII – AMB/98.

Publicar o volume XXVIII – AMB/99.

Situação: Concluído e encaminhado para impressão, Edição AMB/98

AMB/99: Face a problemas de informática (elaboração de programa novo Sistema SISRAL'c) junto a FINATEC e não concluído a tempo, só agora estão sendo finalizados os últimos detalhes para encaminhamento aos Distritos o referido programa para início da fase de coleta de dados – previsão para conclusão e publicação março/abril 2000.

2.1.3 BOLETIM REFERENCIAL DE PREÇOS E BENS MINERAIS E DERIVADOS O Boletim Referencial de Preços de Bens Minerais e Derivados é uma publicação semestral do DNPM que divulga os preços médios das substâncias minerais, praticados no território nacional, nas Unidades da Federação onde são produzidas, bem como de serviços relativos à pesquisa mineral.

Durante o exercício de 1999, foram definidas as equipes de trabalho bem como a indicação, por unidade da federação, das principais empresas que deverão ter seus preços coletados.

Meta: Montar uma base de dados com preços referenciais orientativos sobre o que é praticado no mercado.

Situação: A coleta de dados transferida para o início do próximo ano.

2.1.4 BOLETIM REFERENCIAL DE PREÇOS DE DIAMANTES E GEMAS DE COR O Boletim Referencial de Preços de Diamantes e Gemas de Cor de periodicidade semestral, visa dotar o mercado brasileiro de informações sobre preços de diamantes e gemas de cor e é elaborado em parceria com o IBGM – Instituto Brasileiro de Gemas e Metais Preciosos.

Meta: Atualizar essa publicação, sempre que ocorrem modificação significativas dos preços da gemas.

Situação: Em fase de conclusão para o exercício 99.

2.1.5 INVESTIMENTOS EM PESQUISA MINERAL

Avalia a evolução dos investimentos anuais em pesquisa mineral procurando identificar seus determinantes, explicar seu comportamento e qualificar seu desempenho. Os investimentos em pesquisa mineral representam a fase de maior risco no ciclo de produção da indústria mineral e apresentam, ao mesmo tempo, importância estratégica por permitirem a manutenção e aumento do patrimônio mineral.

Meta: Elaborar relatório das informações no segundo semestre de 1999, referentes aos dados de 1998.

Situação: No corrente ano houve melhoria do lay-out do formulário de coleta de dados, bem como a racionalização no banco de empresas contactadas, visando simplificar as atividades de remessa de formulários, com fechamento de um cadastro base das empresas de mineração que deu eficiência ao projeto.

- Dados de 1998 já com relatório preliminar concluído.

2.1.6 INVESTIMENTOS EM MINERAÇÃO E METALURGIA

Avaliar anualmente os programas de investimentos em implantação e expansão de projetos de mineração e metalurgia. A quantificação dos investimentos nessas áreas, são ferramentas indispensáveis para a realização de estudos e análises, visando projetar o comportamento futuro da oferta de produtos mínero- metalúrgicos. Este projeto visa ainda, caracterizar esses investimentos, em termos de origem e propriedade do capital, de modo a fornecer um panorama anual da política de investimentos adotado pelos principais grupos empresariais atuantes na mineração brasileira.

Meta: Montar uma base de dados informatizado para o tratamento das informações e emissão de relatórios.

Situação: Em fase final a elaboração do informativo com os investimentos 1998 e previsão 99.

O projeto necessita de um programa informatizado para torná-lo eficiente e exeqüível em tempo reduzido, visando produzir relatórios gerenciais e de publicação periódica.

2.1.7 SUMÁRIO MINERAL Consiste em importante instrumento de análise e acompanhamento do setor mineral, na medida em que apresenta uma comparação, à nível internacional, do panorama de cada uma das

substâncias analisadas, além de antecipar, através de estimativas, os dados que só estarão disponíveis no Anuário Mineral Brasileiro, no ano subsequente.

***Meta:* Publicar o volume XXIX – ano-base 1998.**

***Situação:* Concluído. Disponível na home page do DNPM.**

2.1.8 COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS A Constituição Federal de 1988 em seu artigo 20, parágrafo 1º, assegurou aos Estados, Distrito Federal, Municípios e União, a **Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM.** Esse preceito constitucional foi disciplinado pelas Leis n.ºs 7.990/89 e 8.001/90.

Com a assinatura de Memorando Circular, em 02 de maio 1997, pelo Senhor Diretor-Geral do DNPM, teve início o Programa Nacional de Arrecadação da CFEM. Foram estabelecidos alvos de arrecadação, distribuídos pelas Unidades Estaduais do DNPM, cabendo a cada uma delas, ao longo do período 1997/2000, alcançar a respectiva arrecadação potencial.

***Meta:* Foi estabelecida para 1999, a arrecadação de R\$ 104.000.000,00 (cento e quatro milhões de reais).**

***Situação:* Com base nos recolhimentos registrados pelo Banco do Brasil até setembro, estima-se que a arrecadação total alcance R\$ 102.000.000,00 (cento e dois milhões de reais), ou seja, 98% do estabelecido no Programa, para este ano.**

- **CONTROLE DA IMPORTAÇÃO DO AMIANTO**

Acompanha e analisa os dados de mercado do estanho conforme a Portaria nº 80, de 19/09/90, comparando com os dados disponíveis no DNPM sobre as concessões minerais das empresas minerais, verificando sua compatibilização.

Proceder a autorização de importação de Asbesto/Amianto, da variedade Crisotila, em qualquer de suas formas.

Este controle de importação interliga o DNPM, órgão anuente, ao Sistema Integrado de Comércio Exterior – SISCOMEX, que é a sistemática administrativa do comércio exterior brasileiro, no registro, acompanhamento e controle das diferentes etapas das operações para a importação de Amianto. Este controle permite um enorme ganho de agilização, confiabilidade, rápido acesso às informações estatísticas e redução de custos.

Meta: Cadastrar anualmente as empresas importadoras de amianto da variedade crisotila e fiscalizar a entrada dessa variedade no território nacional.

Situação: Em funcionamento normal.

2.1.10 ESTUDOS TÉCNICOS SOB CONSULTORIA EXTERNA

2.1.10.1 TRIBUTAÇÃO DA MINERAÇÃO

Estudo analítico sobre a tributação incidente na mineração no Brasil, informando sobre a política tributária nacional e sua tendência de mudanças face a reforma tributária ora em discussão no Congresso Nacional.

Meta: Realizar a publicação desse documento em 1999.

Situação: Concluída a versão preliminar.

2.1.10.2 REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DAS PUBLICAÇÕES: "INFORMAÇÕES BÁSICAS PARA O INVESTIDOR" E "MINING IN BRASIL – BASIC INFORMATION FOR THE INVESTIDOR" Publicação de cunho internacional que tem como fundamento despertar o interesse dos investidores nacionais e internacionais sobre o setor de mineração do Brasil. São informações diversificadas, de maneira globalizada, sobre os principais fatores da política nacional que disciplinam e motivam os investimentos no Brasil.

Meta: Fornecer aos mineradores - capital nacional e internacional, de informações globalizadas sobre o setor de mineração no Brasil.

Situação: Versão em português concluída (revisão sendo feita pela DIDEM). A versão em inglês acha-se em correção.

2.1.11 TREINAMENTO DE PESSOAL

2.1.11.1 CFEM

No exercício de 1999, a Divisão de Economia Mineral – DEM, através do Serviço de Política Mineral realizou dois Seminários (VI e VII), de treinamento do corpo técnico dos DISTRITOS REGIONAIS DO DNPM, objetivando uniformizar procedimentos de trabalho fiscalizatório da CFEM nos estados e também no aprimoramento e conhecimento das alterações ocorridas na legislação da compensação financeira, entre eles os da Portaria 158 de junho de 1999.

No Seminário de Porto Alegre-RS, realizado em agosto 99, participaram técnicos dos Distritos Regionais do RS, SP, MG, DF, GO, RJ, SC, MT, PR, ES e MS num total de trinta e um técnicos envolvidos nesses dez distritos e Sede/DNPM.

No Seminário de Recife-PE (VII), realizado no início de setembro 99, objetivou-se fechar o treinamento dos demais distritos (14) com participações de dezoito técnicos participantes e mais dois novos da Sede/Brasília.

2.1.11.2 GEMAS

Ainda como treinamento, foi realizado em agosto 99, no Rio de Janeiro-RJ, o Curso Prático de Classificação e Avaliação de Diamantes e Gemas de Cor, com o objetivo de capacitar o corpo técnico, lotado nos Distritos de MT, GO, BA, SC, CE, MG, RS e RJ e Sede/DNPM, envolvidos no manuseio com o Boletim Referencial de Preços dos Diamantes e Gemas de Cor.

2.1.12 EVENTOS TÉCNICOS No exercício 99, dois técnicos do Serviço de Política Mineral desta Divisão, participaram como instrutores de Cursos da CFEM, sendo um no Ceará, com objetivo de treinamento da legislação da CFEM para os principais empresários do Setor Mineral daquele Estado, onde estiveram escritos cerca de 30 participantes e mais técnicos do Distrito do Ceará.

Foram realizados ainda 3 (três) Seminários na AMIG – Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais, com o objetivo de treinamento da legislação da CFEM para os técnicos pertencentes as prefeituras conveniadas dessa Associação.

2.2 DIVISÃO DE MINAS E CONTROLE AMBIENTAL NA MINERAÇÃO 2.2.1 META

1. Desenvolvimento de programas e/ou projetos que promovam o desenvolvimento tecnológico do setor de gemas.
2. Desenvolvimento de programas e/ou projetos, de cunho preventivo e corretivo, com a finalidade de promover o controle dos impactos ambientais provocados pela atividade de mineração.

3. Publicações de trabalhos técnicos.

2.2.2 DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS E/OU PROJETOS 2.2.2.1 TECNOLOGIA MINERAL

2.2.2.1.1 TECNOLOGIA DE GEMAS OBJETIVO: Desenvolvimento de testes tecnológicos de avaliação do classificador miniaturizado de gemas de cor: ametista; elaboração do boletim de preços das gemas brasileiras, com enfoque a avaliação tecnológica e mercadológica. O estudo está em desenvolvimento através do Convênio DNPM-IBGM, cujos produtos serão entregues juntamente com a Prestação de Contas, até fevereiro de 2000.

2.2.2.2 DIFUSÃO DE TECNOLOGIA PARA A RACIONALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO MINERAL 2.2.2.2.1 PUBLICAÇÕES TÉCNICAS

1. INFORMATIVO ANUAL DA INDÚSTRIA CARBONÍFERA – 1999 (ANO BASE 1998).
2. MANUAL TÉCNICO DAS GEMAS.

2.2.2.2.2 TRABALHOS TÉCNICOS

1. Avaliação da Poluição Mercurial no Garimpo de Cachoeiro (PA).
2. Levantamento das Áreas Degradadas e Abandonadas pela Atividade Garimpeira de Ouro: Garimpo de Enche Concha (PA).
3. Adaptações Técnicas no Sistema Experimental de Captação, Exaustão e Lavagem de Gases: Casa Compradora de Ouro "Ouro Gallo" (Peixoto de Azevedo-MT).
4. Descomissionamento de Minas: Estudos Preliminares em Nível Internacional – Modelo Canadense.
5. Avaliação Preliminar dos Níveis de Emissão de Poluentes – Vibração, Poeira e Ruído – Região Carbonífera de Criciúma (SC).

6. Avaliação da Qualidade Ambiental do Rio Mãe Luzia – Mineração de Carvão no Sul de Santa Catarina.

7. Preliminary Study on Mercury Contamination in the Gold Mining Areas of Arapapas Stream – Rondônia.

2.2.3 TECNOLOGIA PARA A SEGURANÇA NA MINERAÇÃO

2.2.3.1 NORMAS TÉCNICAS E REGULAMENTARES

O DNPM, através da DIDEM/DMCAM, participou das discussões junto a SST/MTb sobre normas técnicas e regulamentares na área de segurança, higiene e saúde no ambiente de trabalho. Foi elaborada a norma NR 22 – NORMA DE SEGURANÇA E SAÚDE OCUPACIONAL NA MINERAÇÃO, cuja publicação é de responsabilidade do Ministério do Trabalho.

2.2.3.2 NORMAS REGULAMENTARES NA MINERAÇÃO

Estudos preliminares foram realizados pela DIDEM, juntamente com a DIROP, visando a formação, no ano 2000, de um grupo de trabalho para a implantação de NORMAS REGULAMENTARES NA MINERAÇÃO.

2.2.4 MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE MINAS E GARIMPOS PARA A MINIMIZAÇÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS

2.2.4.1 CENTRO NACIONAL DE TREINAMENTO PARA O CONTROLE DA POLUIÇÃO NA MINERAÇÃO NO BRASIL – CECOPOMIN

OBJETIVO: O CECOPOMIN tem como objetivo o desenvolvimento de programas permanentes de treinamento de pessoal, promovendo a transferência de "know-how" e tecnologia para habilitar os técnicos do DNPM, organismos oficiais, empresas de mineração, entidades privadas, no domínio de técnicas modernas de manuseio de aparelhos e equipamentos aplicados ao monitoramento ambiental da atividade de mineração bem como a introdução de estudos ambientais de casos específicos visando o treinamento de pessoal do DNPM envolvido na fiscalização do controle ambiental da atividade de mineração.

2.2.4.1.1 MONITORAMENTO AMBIENTAL DO RIO MÃE LUZIA – REGIÃO CARBONÍFERA DO SUL DE SANTA CATARINA

O monitoramento ambiental das minas de carvão do Sul de Santa Catarina, com relação a qualidade ambiental das drenagens do rio Mãe Luzia, é feito através da Estação de Monitoramento de Forquilha – EMF, localizada no município de Forquilha, cujos dados são transferidos telemetricamente para a Residência do 11DS/DNPM/SC em Criciúma para análise.

2.2.4.1.2 TREINAMENTO DE PESSOAL

Foi implantado o curso "Controle da Poluição das Águas Superficiais Decorrentes da Atividade de Mineração" para técnicos dos seguintes Distritos: 04DS/DNPM/PE, 08DS/DNPM/AM, 10DS/DNPM/CE, 11DS/DNPM/SC, 12DS/DNPM/MT e 13DS/DNPM/PR.

Também foi oferecido uma vaga para o técnico da CPRM/Escritório de Criciúma que apoia os projetos de monitoramento ambiental.

2.2.4.2. CADASTRO DE ACIDENTES AMBIENTAIS NA MINERAÇÃO

Foi atualizado o banco de dados sobre acidentes ambientais na mineração que indica ações prioritárias a serem desenvolvidas futuramente visando a reversão do processo. É caracterizado como trabalho de rotina. **2.2.4.3 LEVANTAMENTO AMBIENTAL DO GARIMPO DE ENCHE CONCHA (PA)** Levantamento de áreas degradadas e abandonadas pela atividade garimpeira de ouro, no garimpo de Enche Concha (PA) com o objetivo de subsidiar estudos ambientais futuros a serem desenvolvidos pelo Laboratório de Análises Mercuriais – LAM implantado no 05DS/DNPM/PA.

2.2.4.4 APOIO TÉCNICO AO 08DS/DNPM/AM

Para o cumprimento das exigências contidas no documento DECISÃO Nº 444/98–TCU – PLENÁRIO, com relação a situação legal da atividade de mineração de argila, pedreira e areia, no Estado do Amazonas, a DIDEM/DMCAM implantou estrutura funcional no 08DS/DNPM/AM com o objetivo de elaboração do levantamento ambiental dessas áreas.

2.2.5 COORDENAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE PROJETOS PARA A REABILITAÇÃO DE ÁREAS MINERADAS 2.2.5.1 CONVÊNIO DNPM - IBAMA

OBJETIVO: Desenvolvimento de ações conjuntas DNPM – IBAMA, visando:

1. Estudos ambientais de cunho preventivo/corretivo nas áreas de mineração.
2. Diagnóstico ambiental de áreas degradadas pela atividade de mineração.

SITUAÇÃO: Entendimentos DNPM-IBAMA estão em andamento para a consecução desses objetivos.

2.2.6 ACORDOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA INTERNACIONAIS 2.2.6.1 DNPM/BRASIL – JICA/JAPÃO 2.2.6.1.1 LABORATÓRIO DE ANÁLISES MERCURIAIS - LAM 2.2.6.1.1.1 ESTUDO DA POLUIÇÃO MERCURIAL – GARIMPO DE CACHOEIRA (PA)

Trabalho desenvolvido pelo Laboratório de Análises Mercuriais – LAM (05DS/DNPM/PA), com a orientação dos peritos japoneses Hirokatsu Akagi e Kenichiro Miyamoto, nas áreas degradadas e abandonadas pela atividade garimpeira no Garimpo de Cachoeira (PA), relacionado a distribuição de teores dispersos no meio ambiente com relação a poluição mercurial.

2.2.6.2 DNPM/BRASIL – MEM/PERU

O governo brasileiro desenvolve cooperação técnica internacional Brasil – Peru na área ambiental no setor de mineração, cabendo ao DNPM a responsabilidade de implantação de um projeto intitulado "RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DA ZONA DE HUAYPETUHE".

O DNPM entregou à ABC/MRE 2 (dois) relatórios – versão português e espanhol, constando de ações a serem implementadas no Exercício de 1999. As ações a serem implementadas pelo Governo do Peru, com base nas recomendações do Relatório, serão planejadas para o ano 2000.

2.2.7 ATIVIDADE DE ROTINA

- Apoio técnico-administrativo à Diretoria de Desenvolvimento e Economia Mineral.
 - Apoio técnico às Unidades Regionais.
 - Viagens e visitas às Unidades Regionais e às áreas de atividade de mineração.

Atividades da Diretoria Operações DIROP

À Diretoria de Operações compete planejar, dirigir, orientar, coordenar e executar atividades relacionadas à outorga dos títulos minerários, à fiscalização da atividade minerária, bem como a manutenção dos registros legais e edição de normas regulamentares. É composta da Divisão de Autorizações e Concessões - DIACON e Divisão de Controle da Fiscalização e Normatização – DIFIN.

DIVISÃO DE AUTORIZAÇÕES E CONCESSÕES - DIACON

De acordo com o Regimento Interno da Autarquia, cabe à Divisão de Autorização e Concessões (DIACON), coordenar, supervisionar, orientar e decidir sobre:

- I - as atividades relacionadas a outorga de títulos minerários;
- II - manutenção dos registros legais;
- III - acompanhamento e divulgação da evolução minerária e corretiva;
- IV - assegurar e controlar o cumprimento das atividades inerentes à Divisão pelos Distritos.

Ressalta-se que o apoio dado às Unidades do DNPM nos Estados da União, tanto na parte técnica, como administrativa, enviando técnicos do SOTIM para apoio de Controle de Áreas, vistorias em campo para locação de áreas e relatórios finais de pesquisa onde existem conflitos entre os titulares de pesquisa com Prefeituras, interferência de áreas com prioritárias e interesse público.

Espera-se, no próximo ano, dar continuidade a este trabalho, com especial atenção às orientações ao controle de áreas nos Distritos, objetivando a publicação do maior número de alvarás de pesquisa possível e Portarias de Lavra, que é o alvo final de todo o nosso esforço de atender da melhor maneira o usuário dos serviços prestados pela Diretoria de Operações, através da DIACON.

Começou no 2º semestre, o processo de descentralização do Setor de Empresas de Mineração, pertencente ao Serviço de Outorga de Títulos Minerários (SOTIM), com o treinamento de servidores pertencentes ao 3º, 10º, 14º e 20º Distritos, que ficarão responsáveis pelas Cessões de Direito, averbações e arrendamentos antes feitas na Sede do DNPM. O 6º Distrito (Goiás), desde 1998, já desempenha este papel, desafogando sobremaneira os encargos hoje atribuídos ao SOTIM/DIACON.

Para o ano 2000, pretende-se prosseguir o treinamento aos servidores indicados pelas Chefias do 1º, 2º, 5º, 7º e 11º Distritos, que ficarão responsáveis pelas Cessões de Direito em suas respectivas Unidades Regionais, ficando os Distritos com menos número de processos protocolizados, para uma etapa posterior. Durante o ano, foram Outorgados 7.598 Alvarás de Pesquisa Mineral, concedidas 240 Portarias de Lavra e 91 Permissões de Lavra Garimpeira, quantitativos que demonstram os avanços alcançados em relação a exercícios anteriores, especialmente na Concessão de Portarias de Lavra, onde foram concentrados esforços no sentido de facultar o maior número possível, objetivando o aumento da produção mineral no País.

Houve também um aumento considerável, no número de Cessões de Direito, Incorporações e negação de anuência de Cessão, devido os esforço empreendido pelo SOTIM, no Setor de Empresas de Mineração (SEMP).

ATOS PUBLICADOS PELO SOTIM Período de 01/01/99 a 31/12/99

PORTARIAS DE LAVRA	240
ALVARÁS DE PESQUISA	7.598
PRORROG. ALVARÁ 01 ANO	22
PRORROG. ALVARÁ 02 ANOS	32
PRORROG. ALVARÁ 03 ANOS	126
REL. APROVADO ART. 30 INCISO I	508
PERMISSÃO L. GARIMPEIRA	91
EXIGÊNCIAS	17.488
INDEFERIMENTO (ART 18)	3.515
INDEFERIMENTO DE PLANO	1.497
INDEFERIMENTOS	4.457
AUTOS DE INFRAÇÃO	4.331

ARQUIVAMENTO DEFINITIVO

1.793

CESSÃO DE DIREITOS	1.324
NEGA ANUÊNCIA DE CESSÃO	7
AVERBAÇÕES ARRENDAMENTOS /FINANCIAMENTOS	291

SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO USUÁRIO

ATENDIMENTOS PRESTADOS AOS USUÁRIOS VIA TELEFONE	ATENDIMENTOS PRESTADOS AOS USUÁRIOS NO LOCAL DE TRABALHO	LISTAGENS SICEM/SICOM ADQUIRIDAS PELOS USUÁRIOS	SOFTWARE TÍTULOS MINERÁRIOS ADQUIRIDOS PELOS USUÁRIOS	OVERLAYS ESPECIAIS ADQUIRIDOS PELOS USUÁRIOS
2640	2100	31	72	73

**DIVISÃO CONTROLE DA DE FISCALIZAÇÃO
E NORMATIZAÇÃO – DIFIN**

Compete à Divisão de Fiscalização e Normatização, entre outras atribuições, supervisionar, coordenar, orientar, opinar e decidir sobre o gerenciamento das normas propostas pelas demais Unidades da Autarquia, assim como, acompanhar e controlar a fiscalização sobre a pesquisa, a lavra, a segurança, a higiene, o beneficiamento e o controle ambiental das atividades de mineração. Estas atribuições são desenvolvidas pelo Serviço de Controle e Acompanhamento da Fiscalização e pelo Serviço de Normatização, cujas atividades desenvolvidas no decorrer do ano de 1999 são descritas nos relatórios específicos exibidos a seguir.

**SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DA FISCALIZAÇÃO -
SCAFI**

O Serviço de Controle e Acompanhamento da Fiscalização – SCAFI tem como atribuições regimentais principais as de gerenciar e promover o desenvolvimento da fiscalização da atividade mineradora (pesquisa, lavra, meio ambiente, segurança, etc) em todo o país, normatizar e instituir os instrumentos e procedimentos necessários à realização da fiscalização. Compete ainda a este Serviço o controle de pagamento da taxa anual por hectare e do reembolso de despesas com vistorias técnicas. Para viabilizar a ação da fiscalização, com o enfoque de se maximizar a utilização dos recursos financeiros e humanos disponibilizados para esse fim foi elaborado o programa de fiscalização da atividade mineral, em âmbito nacional, instituindo as orientações básicas e criando o Relatório Gerencial Mensal para controle das

atividades desenvolvidas nos Distritos e o controle da descentralização de recursos financeiros

Foi elaborado, também, um plano de metas, priorizando ações e traçando objetivos a serem alcançados.

Com base nas prioridades elencadas, procurou-se dar apoio técnico a diversas Unidades Regionais através de deslocamento de técnicos de Distritos e/ou da Sede.

- Dentre as atividades exercidas por este Serviço, podemos enumerar :
- 1 - Elaboração de instruções básicas para a Fiscalização da Atividade Mineral, a serem seguidas pelas Unidades Regionais do DNPM
 - 2 - Criação e implementação do modelo de Relatório Gerencial Mensal a ser apresentado pelos Distritos para controle da fiscalização;
 - 3 - Descentralização e controle financeiro de todos os recursos enviados para as Unidades Regionais com a finalidade específica de aplicação na atividade de fiscalização (quadro resumo em anexo);
 - 4 - Levantamento estatístico de todas as vistorias realizadas pelos Distritos, informadas através dos Relatórios Gerenciais (quadro em anexo);
 - 5 - Formulação de orientações sobre reembolso de despesas com vistorias, gerando um expressivo aumento de arrecadação dessa rubrica;
 - 6 - Elaboração de proposta, no âmbito da DIROP, de previsão orçamentária a ser incluída no PPA 2000 do Governo Federal;
 - 7 - Elaboração de Plano de Metas da Diretoria de Operações, em conjunto com os demais Serviços e Divisões da DIROP;
 - 8 - Apoio técnicos aos Distritos :
 - a - Foi dado apoio aos 17º e 20º Distritos do DNPM (TO e ES) visando a realização de vistorias e respectivos pareceres sobre Relatórios Finais de Pesquisa;
 - b - Análise conjunta com técnicos do 19º Distrito do DNPM/RO, incluindo vistoria as concessões de lavra e garimpo na região de Bom Futuro, com emissão de laudo técnico para realização de desmonte de rochas por explosivo;
 - c - Apoio ao Projeto de Redução de Passivo Processual no âmbito do 5º Distrito do DNPM/PA;
 - d - Realização de vistoria técnica ao distrito mineiro de Serra do Navio, no Estado do Amapá, 16º Distrito do DNPM/AP;
 - e - Vistoria técnica, em conjunto com o 19º Distrito do DNPM/RO e IBAMA, na região da Floresta Nacional do Jamari.
 - f - Elaboração, junto aos técnicos do 3º Distrito, de programa de locação, em campo, de áreas na região de Poços de Caldas/MG;
 - 9 - Análises e pareceres sobre pedido de Concessão de Lavra em processos do 17º, 20º e 23º Distritos, além de estudos relativos a Suspensão de Trabalhos de Lavra, Renúncias a Títulos de Lavra, englobamentos de áreas, Grupamentos Mineiros, Consórcio de Mineração e outros.
 - 10 - Vistoria conjunta com técnicos do 6º Distrito do DNPM/GO na mina da SAMA, em Minaçu/GO, visando parecer sobre levantamento de custos de produção, tendo como objetivo confirmação de cálculos de CFEM;
 - 11 - Participação em vistorias nos estoques de carvão da extinta CAEEB, em vias de alienação, em conjunto com o grupo de trabalho instituído pelo MME;

- 12 - Elaboração de pareceres acerca da aplicação da Portaria Interministerial nº 917/82, que trata do controle ambiental na mineração de carvão;
- 13 - Criação e viabilização do grupo de trabalho que estuda a reestruturação e informatização do Relatório Anual de Lavra;
- 14 - Análise, avaliação e extração de dados para realização de estatísticas e orientação das atividades de fiscalização de mineração em 116 Relatórios Gerenciais Mensais, apresentados pelos diversos Distritos do DNPM;
- 15 - Levantamento do passivo processual referente a Relatórios Finais de Pesquisa e de Requerimentos de Concessão de Lavra nos diversos Distritos do DNPM (conforme resultados apresentados em quadro anexo);
- 16 - Controle de entrega de RAL e aplicação das respectivas multas nas 25 Unidades Regionais;
- 17 - Apoio técnico e administrativo à DIACON na tramitação processual referente a prorrogação de Alvarás, emissão de Portarias de Lavra, aprovação de Relatórios Finais de Pesquisa e outros;
- 18 - Vitorias conjuntas com técnicos do Serviço de Águas da DIREX e da Secretaria de Saúde - D.F. em todas as concessões de Água Mineral no âmbito do Distrito Federal.
- 19 - Elaboração de instruções e procedimentos administrativos referentes a viagens de vitorias dos chamados Distritos pequenos;
- 20 - Apoio à realização do 1º Seminário Nacional sobre Taxa Anual por Hectare, em Salvador/BA;
- 21 - Gestão junto à COINF e FINATEC para emissão dos boletos de cobrança da taxa anual por hectare nos meses de janeiro e julho de 1999;
- 22 - Gestão junto aos Distritos para correção de endereços de empresas que tiveram seus boletos de cobrança devolvidos, visando a atualização do banco de dados do DNPM;
- A elaboração e implementação do programa de fiscalização, do plano de metas, da priorização de atividades e do controle da descentralização de recursos financeiros, bem como de sua aplicação, foi traduzido em expressivos ganhos em produção e produtividade, conforme demonstrado no quadro de evolução apresentado em anexo.

Quadro de Evolução
Vitorias Realizadas e Recursos Aplicados
Anos de 1998 e 1999

	1999	1998	Percentual de acréscimo
Vistoria de acomp. De pesquisa	425	322	32 %
Vist. Relatório Final de Pesquisa	877	264	232 %

Vistoria de lavra e licenciamento	1.007	572	75 %
Vist. Denúncias e lav. Clandestinas	692	489	41 %
Total de vistorias	3.001	1.647	82 %
Recursos aplicados (R\$)	540.392,00	346.017,00	56 %

DIRETORIA DE OPERAÇÕES

CONTROLE DE APLICAÇÃO DE RECURSOS

PROGRAMA DE FISCALIZAÇÃO DA ATIVIDADE MINERAL

Totalização

Ano de 1999			<i>Totalizado em 07/12/99</i>		
Distrito	Diárias	Mat.cons.	Serv.Terc.	Passagem	TOTAL (R\$)
1° - RS	31.930	7.850	1.350	700	41.830
2° - SP	47.200	8.000	1.900	750	57.850
3° - MG	30.700	5.500	1.600	-	37.800
4° - PE	20.320	5.600	1.700	450	28.070
5° - PA	24.200	3.750	2.750	6.950	37.650
6° - GO	29.500	5.700	400	500	36.100
7° - BA	20.500	5.000	800	-	26.300
8° - AM	14.800	7.000	2.200	3.100	27.100
9° - RJ	9.172	2.900	850	-	12.922
10° - CE	15.782	4.800	500	-	21.082
11° - SC	45.000	11.200	7.500	-	63.700
12° - MT	16.000	4.700	1.500	1.100	23.300
13° - PR	24.565	2.570	800	3.500	31.435

14° - RN	4.200	1.200	100	-	5.500
15° - PB	5.250	1.050	300	-	6.600
16° - AP	4.000	300	100	700	5.100
17° - TO	2.000	400	100	-	2.500
18° - SE	3.100	700	200	400	4.400
19° - RO	6.014	2.900	1.500	-	10.414
20° - ES	14.394	3.700	1.000	1.200	20.294
21° - PI	13.896	2.750	1.250	700	18.596
22° - MA	3.900	300	100	900	5.200
23° - MS	4.600	1.150	600	1.200	7.550
24° - RR	5.600	1.400	500	-	7.500
25° - AL	1.200	300	100	-	1.600
TOTAL	397.822	90.720	29.700	22.150	540.392

		Vitorias realizadas pelos Distritos		
		Ano de 1999		
			<i>Atualizado em 30/11/99</i>	
		Distrito	n° de vitorias	
	1°	RS	238	
	2°	SP	433	
	3°	MG	114	
	4°	PE	108	
	5°	PA	162	
	6°	GO	406	
	7°	BA	97	

	8°	AM	60	
	9°	RJ	84	
	10°	CE	118	
	11°	SC	338	
	12°	MT	110	
	13°	PR	121	
	14°	RN	38	
	15°	PB	59	
	16°	AP	-	
	17°	TO	-	
	18°	SE	20	
	19°	RO	12	
	20°	ES	209	
	21°	PI	159	
	22°	MA	-	
	23°	MS	70	
	24°	RR	43	
	25°	AL	2	
	TOTAL		3.001	
Fonte : Relatórios Gerenciais Mensais				

SERVIÇO DE NORMATIZAÇÃO - SENOR

No decorrer de 1999 foram desenvolvidas as atividades a seguir relacionadas:

1. Estudo , preparação e elaboração das seguintes minutas de Portarias com vistas a regulamentação do Código de Mineração:

- Portaria nº 237, de 16/08/99 (DOU de 26/08/99) - delimita, para fins de aproveitamento pelo Regime de Permissão de Lavra Garimpeira uma área situada nos Municípios de Peixoto de Azevedo, Colider e outros, no Estado de Mato Grosso.
- Portaria nº 285, de 14/09/99 (DOU de 20/09/99) – modifica o item 5, da Port. nº 50, de 05/03/98 (funcionamento dos protocolos).
- Portaria nº 362, de 14/10/99 (DOU de 15/10/99) – modifica o inciso II, da Port. nº 22, de 16/01/97 (homologação de renúncia de autorização de pesquisa).
 - Portaria nº 419, de 19/11/99 (DOU de 23/11/99) – trata da disponibilidade nos termos dos artigos 26, 32 e 65 §1º, do Código de Mineração).

1. Preparação e consultas as Unidades Regionais no sentido de elaborar minutas de Portarias visando regulamentar os seguintes assuntos:

- Procedimentos para autorizar a liberação de Guia de Utilização.
- Modificações na Port. nº 148, de 27/10/80, que trata do Regime de Licenciamento.

1. Orientação as Unidades Regionais no sentido de uniformizar os procedimentos e rotinas processuais, com a elaboração de modelos de despachos, realização de reunião com os técnicos do 20º Distrito do DNPM/ES e emissão de parecer sobre consultas formuladas à Sede do DNPM.
2. Revisão das relações com os atos dos Chefes de Distritos, a serem publicadas no Diário Oficial.
3. Colaboração com a Procuradoria – Geral do DNPM, nas discussões para a elaboração do Manual de Procedimentos de Cobrança da Taxa Anual por Hectare e a confecção em conjunto com a DIDEM dos cálculos para atualização dos valores da taxa anual por hectare.
4. Desenvolvimento de atividades como representante da DIROP, junto à FINATEC.

Brasília, 07 de janeiro de 2000

JOÃO R. PIMENTEL

Diretor-Geral